



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça**

# **RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2023**

## **Tribunal de Justiça**

---



**Estado do Ceará**  
**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça**

Fortaleza, maio de 2024



## SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	05
3	FINALIDADE	05
4	COMPETÊNCIAS	05
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	08
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	30
8	RESULTADOS DO PPA 2020-2023	36
9	QUADRO DE PESSOAL	45
10	RECURSOS PATRIMONIAIS	46
11	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	47
12	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	50
13	ANEXO	51



## **DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

### **1 DESCRIÇÃO GERAL**

Considerando o campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva das Justiças especializada e Justiça comum. As especializadas referem-se às Justiças Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Federal e Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras. No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

#### **1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos, vedada a reeleição. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

#### **1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará**

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

### 1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 121 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais - Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar, por exemplo, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, criada em 2019, vinculada ao Tribunal de Justiça.

### 1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Ao todo, são 105 Comarcas Sede e 240 unidades judiciárias instaladas, conforme Perfil do Judiciário - abril de 2024. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

### 1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 29 Juizados Especiais, sendo 20 cíveis, 05 da fazenda - ações até 60 salários-mínimos e 04 criminais, além do Juizado Móvel, que trabalha em casos de acidentes de trânsito. Já no restante do Estado, outras 11 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais são encontradas nas comarcas de Caucaia 02, Crato 01, Iguatu 01, Juazeiro do Norte 02, Maracanaú 01, Quixadá 01, Sobral 02 e Tauá 01, consoante Perfil do Judiciário - abril de 2024.

### 1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

(turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo duas delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

### 1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

## 2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar justiça no Ceará*”.

## 3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

## 4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.



## **Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça**

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, alterada pela nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

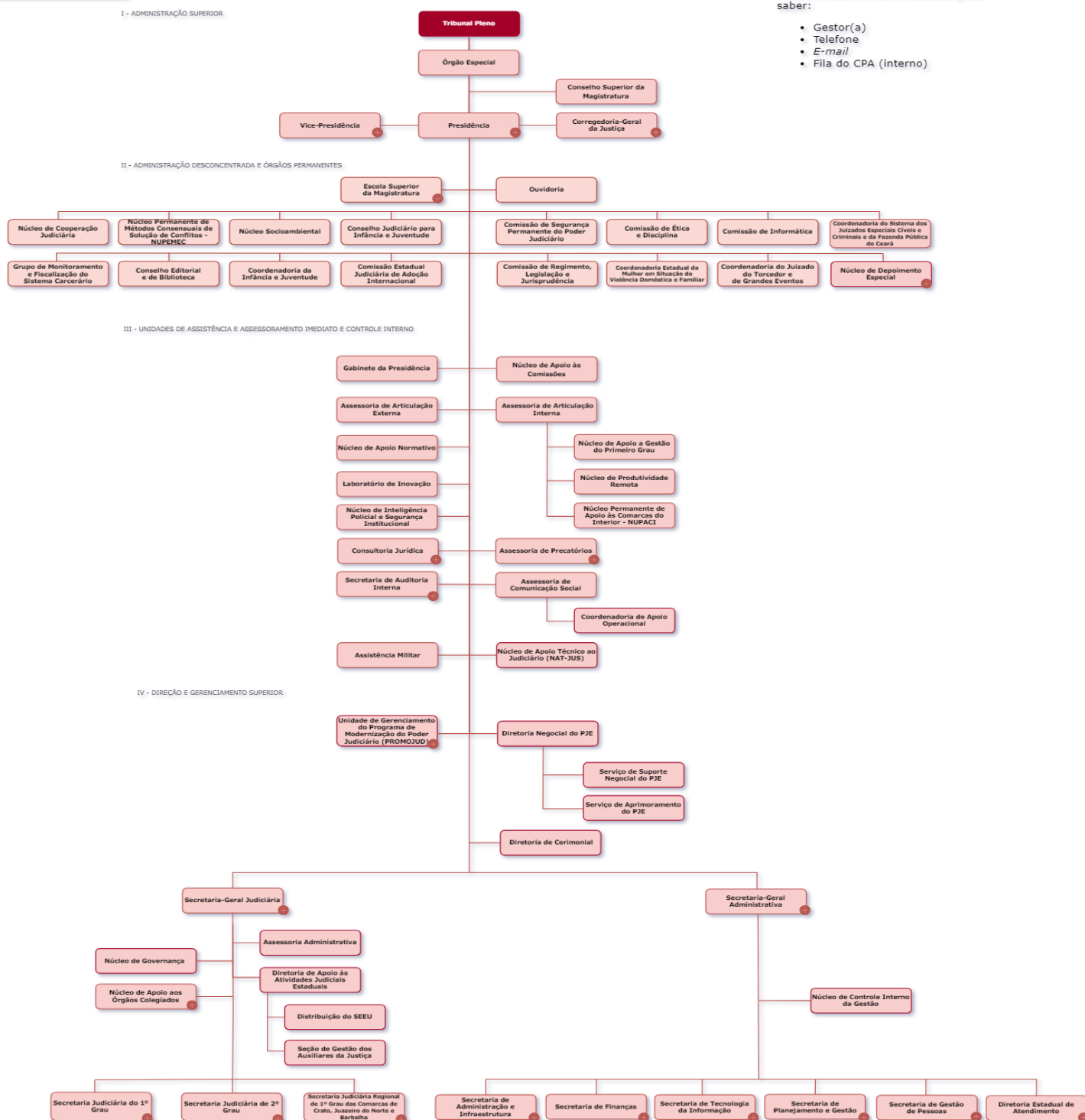
Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão html, no seguinte endereço: [organograma\\_poder\\_judiciario\\_ceara.html \(tjce.jus.br\)](http://organograma_poder_judiciario_ceara.html(tjce.jus.br))



ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Pouse o mouse sobre a unidade para saber:

- Gestor(a)
- Telefone
- E-mail
- Fila do CPA (interno)



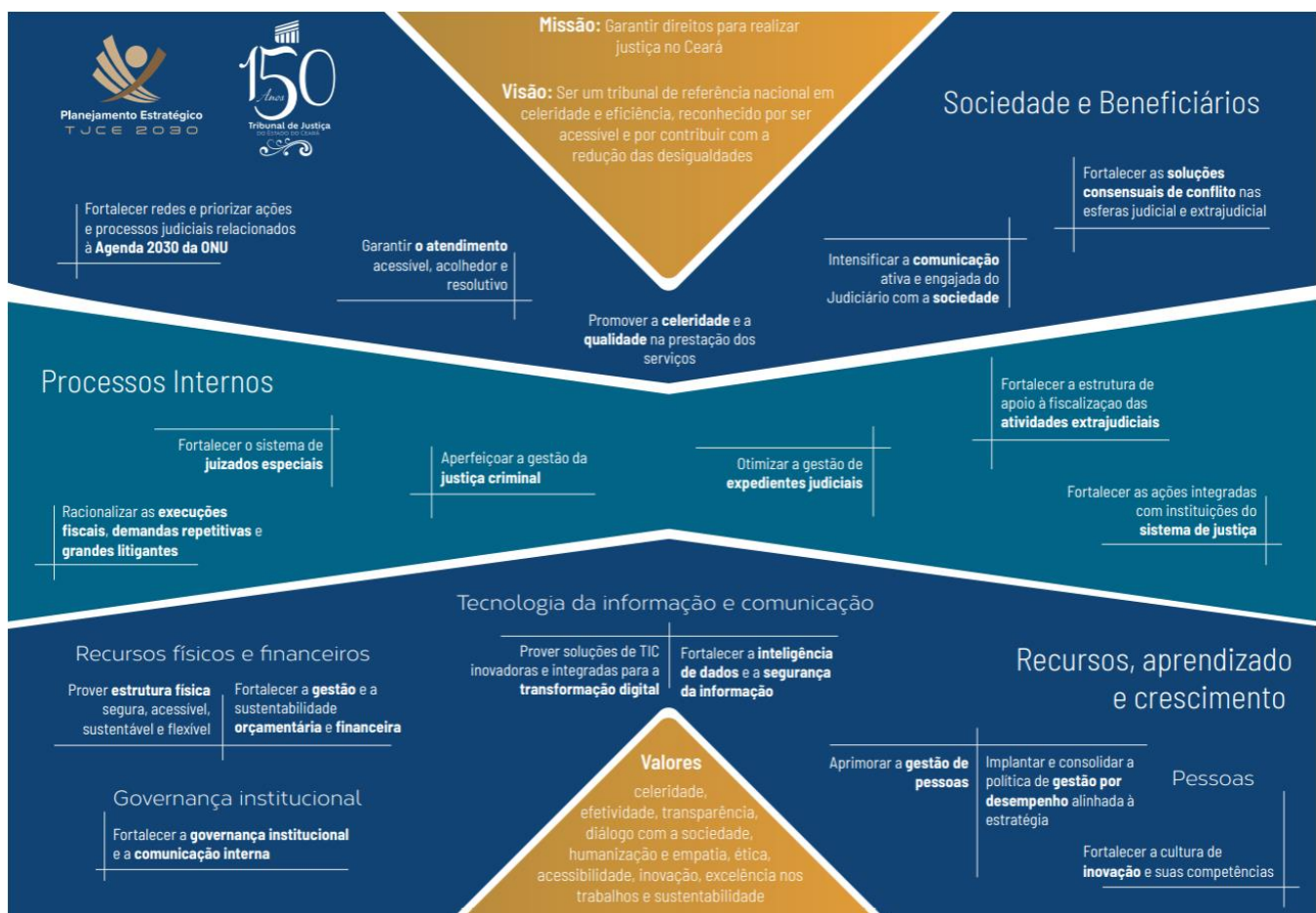


## AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O Plano Estratégico do TJCE 2021-2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Superintendências Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.

Figura 2 – Mapa estratégico TJCE 2030



fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

### I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

**II - Visão:** Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

### III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Humanização e empatia;
- Acessibilidade;
- Ética;
- Inovação;
- Diálogo com a sociedade;
- Excelência nos trabalhos e
- Sustentabilidade.

### IV– Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

#### a) **Sociedade e Beneficiários:**

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

#### b) **Processos Internos:**

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

#### c) **Recursos, Aprendizado e Crescimento:**

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;
7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
8. Aprimorar a gestão de pessoas.

### V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico 2021 – 2030)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país	
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Descrição do indicador</b>	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	0 (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	1	1	2	2	3
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

<b>Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE</b>						
<b>Visão</b>	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	56,0% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 68,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	58,0%	62,0%	64,0%	66,0%	68,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Presidência					

<b>Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o custo médio do processo judicial.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	(Custo total anual do TJCE / Casos finalizados no ano) Casos finalizados = processos baixados					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	R\$ 3.349,00 (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 3.032,00 (três mil e trinta e dois reais) até 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.364,00	R\$ 3.281,00	R\$ 3.138,00	R\$ 3.032,00
<b>Gestor das Metas</b>	Superintendência da Área Administrativa					

<b>Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

	homologados no 1º e 2º graus.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$\left[ \frac{\text{THPPa} - \text{THPPaa}}{\text{THPPaa}} \right] \times 100$ THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021 8,6% (acrécimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré-processuais em relação ao ano de 2021.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0% (75.783)
<b>Gestor das Metas</b>	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

### Indicador 05: Taxa de congestionamento

<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento de Gestão					
<b>Linha de base</b>	70,10% (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 59,80%.					
<b>Metas anuais</b>	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	65,23%	62,63%	59,80%	56,80%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

### Indicador 06: Tempo médio de julgamento dos processos

<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços. Otimizar a gestão de expedientes judiciais.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data de julgamento da ação.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	Soma da quantidade de dias para julgamento dos processos de conhecimento julgados no período dividido pela quantidade de processos de conhecimento julgados no período.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	881 (2022)					
<b>Descrição da Meta</b>	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 730 dias (2 anos) em 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	-	837	795	755	730
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

### Indicador 07: Índice de cumprimento das Metas Nacionais



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{Quantidade de metas cumpridas} / \text{Total de metas}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	50,0% (2022)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar 100,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	-	65,0%	85,0%	100,0%	100,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

### Indicador 08: Índice de desempenho no prêmio CNJ Qualidade

<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	$(\text{Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ} / \text{Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	59,4% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 80,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	60,0%	65,0%	70,0%	75,0%	80,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Presidência					

### Indicador 09: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário

<b>Objetivo Estratégico</b>	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados positivos na pesquisa de satisfação com a comunicação externa.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Assessoria de Comunicação Social					
<b>Linha de base</b>	61,6% (2022)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 69,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	-	63,0%	65,0%	67,0%	69,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Assessoria de Comunicação Social					

### Indicador 10: Índice de satisfação com o atendimento

<b>Objetivo Estratégico</b>	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Linha de base</b>	66,0% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 81,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	68,0%	70,0%	73,0%	76,0%	81,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 11: Índice de redução do acervo de execuções fiscais						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de redução do acervo de execuções fiscais em relação ao período anterior.					
<b>Frequência de medição</b>	Semestral					
<b>Como medir</b>	$(\text{Número de processos de execuções fiscais pendentes no ano} / \text{total de processos de execuções fiscais}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Tecnologia da Informação					
<b>Linha de base</b>	1,72% (média de redução dos anos de 2018 e 2019, período anterior à pandemia)					
<b>Descrição da Meta</b>	Reduzir, anualmente, o percentual de 5% de processos de execuções fiscais pendentes.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	5%	5% 1.492 dias	5% 1.418 dias	5% 1.347 dias	5% 1.280 dias
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 12: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{CnCNCrimJE} / \text{CnCNCrim1}^\circ) \times 100$ Onde: CnCNCrim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não Criminais CnCNCrimJE – Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	46,4% (2022)					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar para 56,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	-	48,0%	50,0%	53,0%	56,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 13: Tempo médio de tramitação da ação penal						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$\text{Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa} / \text{Total de Ações Penais Pendentes de Baixa}$					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	1.903 (2022)					
<b>Descrição da Meta</b>	Reduzir tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.460 dias (4 anos) em 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	-	1.807	1.717	1.597	1.460
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 14: Índice de conformidade da estrutura física e mobiliários						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
<b>Descrição do indicador</b>	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
<b>Frequência de medição</b>	Trimestral					
<b>Como medir</b>	[[Índice de conformidade da estrutura física x 3 + Índice de conformidade dos mobiliários x 1)/4] x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
<b>Linha de base</b>	57,9% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 85% de aderência de padrões técnicos de usabilidade de infraestrutura física e mobiliários.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	65%	70%	75%	80%	85%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 15: Índice de recursos aplicados em investimentos						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (excetuando aqueles pagos em folha) bem como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100  Obs.: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
<b>Linha de base</b>	12,0% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	15%	17%	19%	21%	23%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 16: Índice incremento da arrecadação corrente						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de incremento das receitas correntes oriundas do Fermoju, Funseg e Fedcoj em relação à arrecadação do ano anterior					
<b>Frequência de medição</b>	Bimestral					
<b>Como medir</b>	[(Receita corrente arrecadada no ano corrente / Receita corrente arrecadada no ano anterior) - 1] x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Finanças					





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Linha de base</b>	R\$ 172.538.120,05 (2021) R\$ 136.468.452,21 (2020) 26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	50,0% R\$ 258.807.180,08	10% R\$ 284.687.898,08	10,0% R\$ 313.156.687,89	10,0% R\$ 344.472.356,6	20,0% R\$ 413.366.828,0
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Finanças					

Indicador 17: Índice de governança do Judiciário						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	$(\text{Total de pontos concedidos} / \text{Total de pontos possíveis}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	75,0% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 97,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	77,0%	82,0%	87,0%	93,0%	97,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 18: Índice de satisfação com a comunicação interna						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
<b>Descrição do indicador</b>	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Assessoria de Comunicação Social					
<b>Linha de base</b>	75,9% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 19: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).					
<b>Frequência de medição</b>	Semestral					
<b>Como medir</b>	$(\text{Orçamento executado no período} / \text{orçamento total do Promojud}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Unidade de Gerenciamento do Promojud					
<b>Linha de base</b>	N/D					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Descrição da Meta</b>	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	21%	36,0%(execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0%(execução de 33,0% do orçamento no ano)	88,0%(execução de 19,0% do orçamento no ano)	100,0%(execução de 12,0% do orçamento no ano)
<b>Gestor das Metas</b>	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

<b>Indicador 20: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn}) / (\text{Somatório do valor máximo de cada norma}) * 100$ N = normativo de segurança da informação					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação					
<b>Linha de base</b>	48,5% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação					

<b>Indicador 21: Índice de aprimoramento de magistrados</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 40h de formação em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{n}^\circ \text{ de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM} / \text{n}^\circ \text{ total de magistrados}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
<b>Linha de base</b>	37,0% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 46,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	38,0%	43,0%	44,0%	45,0%	46,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

<b>Indicador 22: Percentual de servidores capacitados</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
<b>Frequência de medição</b>	Bimestral					
<b>Como medir</b>	$(\text{Número de servidores capacitados no período} / \text{total de servidores}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Linha de base</b>	16,0% (2021)					





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 23: Índice de clima organizacional						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
<b>Frequência de medição</b>	Bianual					
<b>Como medir</b>	(Número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Linha de base</b>	78,7% (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					

\*Indicadores publicados na Portaria nº 1212, de 16 de maio de 2023.

### VI - Resultados do Plano Estratégico 2021-2030 (referência dezembro/2023)

Nº	Indicador	Meta 2023	Resultado 2023	Evolução
1	Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país	1	2	
2	Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE	62,00%	71,74%	
3	Efetividade da Gestão do TJCE	R\$ 3.364,00	R\$ 2.960,16	
4	Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	20%	34,23%	
5	Taxa de congestionamento	65,2%	63,73%	
6	Tempo médio de julgamento de processos	837 dias	656 dias	
7	Índice de cumprimento das Metas Nacionais	65%	55,56%	
8	Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade	65%	60,80%	
9	Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	63%	71,71%	
10	Índice de satisfação com atendimento	70%	81,44%	
11	Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal	1.492 dias	1.614 dias	
12	Índice de participação dos juizados especiais nas demandas do Poder Judiciário	48%	48,70%	
13	Tempo médio de tramitação da ação penal	1.807 dias	1.873 dias	
14	Índice de conformidade da estrutura física e	70%	64,39%	



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

mobiliários

15	Índice de recursos aplicados aos investimentos	17%	13,11%	
16	Índice incremento da arrecadação corrente	10%	28,04%	
17	Índice de governança do Judiciário	82%	91,03%	
18	Índice de satisfação com a comunicação interna	77%	78,90%	
19	Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário	36%	38,68%	
20	Índice de conformidade com as políticas de TIC	60%	69,38%	
21	Índice de aprimoramento de magistrados	43%	39,23%	
22	Percentual de servidores capacitados	25%	19,04%	
23	Índice de clima organizacional	-	-	-

- Meta com cumprimento acima de 90%
- Meta com cumprimento acima de 50% a 90%
- Meta com cumprimento abaixo de 50%

### VII – Avaliação e medição de projetos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente as figuras que se envolvem diretamente no gerenciamento de projetos, denominadas conjuntamente de “agentes de projetos”, são:

- Em projetos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud): Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos, Líder Técnico(a), Cogestor(a), Patrocinador de Componente e Patrocinador Geral.

- Nos demais projetos do portfólio: Gerente de Projeto e Patrocinador (a).

No âmbito do Promojud, a Resolução do Órgão Especial nº 09/2021 versa sobre seu sistema de governança e estabelece as principais atribuições dos atores envolvidos diretamente na execução do programa. Para os demais projetos do portfólio, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o(a) patrocinador(a) é aquele(a) que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do(a) gerente de projetos.

Já as atribuições do Escritório Corporativo de Projetos, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os agentes de projetos na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta



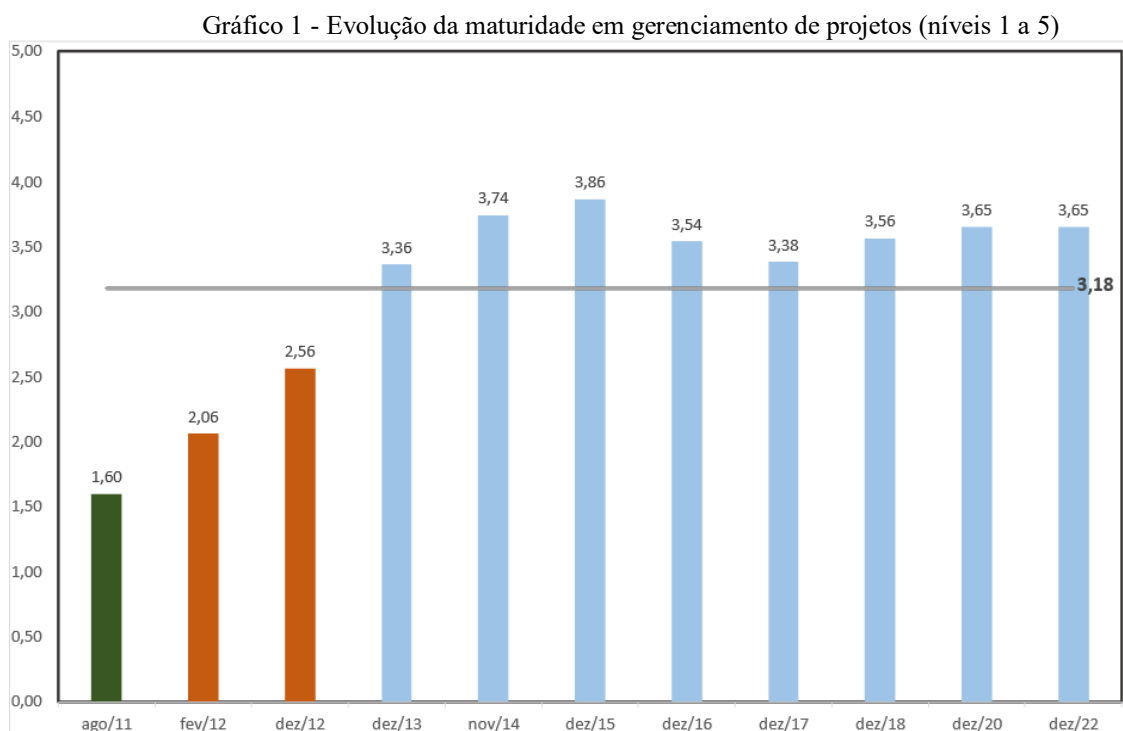
## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

administração para a tomada de decisões.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. A maturidade diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na organização.

Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada uma avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (TJCE).

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no TJCE no ano de 2023 foi 3,65 (Gráfico 1), estando, mais uma vez, enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso. A análise da maturidade é feita pelo ECP a cada dois anos, e a próxima será realizada no final de 2024.



Fonte:  
Secretaria de  
Planejamento e  
Gestão

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2023-2025 relacionados ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O portfólio de projetos da Gestão é composto por 20 projetos estratégicos e em dezembro de 2023 todos estavam em execução.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2023-2025 em execução em dezembro de 2023

Unidade	Projeto	Entregas/status	Previsão de término/ Planejamento
SEADI	Plano de Obras	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Reforma da ESMEC</li><li>2. Reforma do Fórum de Beberibe</li><li>3. Remanescente da reforma do Fórum de Crato</li><li>4. Reforma do Fórum de Araripe</li><li>5. Reforma do Fórum de Marco</li><li>6. Reforma do Fórum de Jaguaribe</li><li>7. Reforma do Fórum de Quixadá</li><li>8. Reforma do Fórum de Ipueiras</li><li>9. Reforma do Fórum de Jaguaruana</li><li>10. Reforma de 04 salões do Júri - FCB</li><li>11. Projeto de acessibilidade vertical FCB</li><li>12. Reforma do Fórum de Acopiara</li><li>13. Reforma do Fórum de São Benedito</li><li>14. Projeto de arquitetura e instalações para requalificação do FCB</li><li>15. Construção do novo do Fórum de Icó</li><li>16. Construção do novo do Fórum de Quixeramobim</li><li>17. Construção do novo do Fórum de Cascavel</li><li>18. Construção do novo do Fórum de Aracati</li><li>19. Reforma do Fórum de Jucás</li><li>20. Construção do novo Fórum de Nova Olinda</li><li>21. Reforma do Fórum de Jardim</li><li>22. Construção do novo Fórum de Milagres</li><li>23. Reforma do Fórum de Juazeiro do Norte</li><li>24. Reforma do Fórum de Caucaia</li><li>25. Reforma do Fórum de Tianguá</li><li>26. Reforma do Fórum de Eusebio</li><li>27. Reforma do Fórum de Maranguape</li><li>28. Construção do novo Fórum de Guaraciaba do Norte</li><li>29. Reforma do Fórum de Iguatu</li><li>30. Reforma do Fórum de Barbalha</li><li>31. Reforma do Fórum de Campos Sales</li><li>32. Construção do novo Fórum de Independência</li><li>33. Construção do novo Fórum de Redenção</li><li>34. Reforma do Fórum de Tabuleiro do Norte</li><li>35. Reforma do Fórum de Ipu</li><li>36. Reforma do Fórum de Pereiro</li><li>37. Reforma do Fórum de Itaitinga</li><li>38. Reforma do Fórum de Sobral</li><li>39. Construção do novo Fórum de Maracanaú</li><li>40. Reforma do Fórum de Massapê</li><li>41. Reforma do Fórum de Jijoca de Jericoacoara</li><li>42. Contratação por tipologia</li><li>43. Sistema de áudio e vídeo (SAV)</li></ol>	07/06/2030 Planejamento Completo
Presidência	Inteligência artificial na prestação jurisdicional	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Realização de evento para conhecer ferramentas de IA a nível nacional e levantamento de soluções</li><li>2. Contratação de 2 Consultores Individuais especializados em Tecnologias e Técnicas de Inteligência Artificial</li><li>3. Integração ao CODEX e PDPJ</li><li>4. Preparação de ambientes</li><li>5. Piloto PRECEDENTES: Identificação de temas e vinculação aos processos judiciais</li><li>6. Piloto CLASSIFICAÇÃO DE ACERVO POR MATÉRIA</li><li>7. Piloto PREDIÇÃO DE RISCO DE REVITIMIZAÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</li><li>8. Preparação de Plano de Manutenção</li><li>9. Integração de soluções de IA no PJE</li><li>10. Expansão Berna para os Juizados Especiais</li><li>11. Expansão do Berna para Gabinete Desembargador</li><li>12. Piloto PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (Execuções Fiscais e</li></ol>	16/01/2024 Planejamento Por fase



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

		Comuns) 13. Piloto PREVENÇÃO E CONEXÃO	
Presidência	Implantação de solução tecnológica para gestão de recursos sob custódia	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Levantamento e mapeamento dos fluxos de trabalho</li><li>2. Diagnóstico e levantamento das necessidades de negócio</li><li>3. Implantação da nova versão do SAPRE</li><li>4. Implantação do Bankjus no TJCE</li><li>5. Integração SAPRE – Pje</li><li>6. Integração do Bankjus - PJE</li><li>7. Migração de dados do SAJSG para PJE (precatórios)</li></ol>	29/04/2024 Planejamento Por fase
CGJ	Aperfeiçoamento da gestão da arrecadação	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Identificação e modelagem dos processos das custas judiciais</li><li>2. Diagnóstico dos procedimentos realizados na gestão da arrecadação</li><li>3. Aprimoramento das Normas de Gestão e Controle da Arrecadação e Fiscalização</li><li>4. Painel de controle dos créditos do TJCE encaminhados à PGE para cobrança</li><li>5. Sistema de Custas Iniciais, Intermediárias e Finais integrado ao PJe</li><li>6. Capacitação dos magistrados e servidores para a realização de inspeção extrajudicial ordinária anual</li><li>7. Implantação do Painel de Monitoramento dos Cartórios</li><li>8. Estudo da expansão do selo digital dos atos de balcão</li><li>9. Implantação da solução tecnológica para Selo 14 – DUT Eletrônico</li><li>10. Implantação da solução tecnológica para Selo 02 - Reconhecimento de Firma</li><li>11. Implantação da solução tecnológica para Selo 03 – Autenticação</li></ol>	01/04/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Contratação de consultoria individual - Desenvolvimento de Robôs (RPA/IPA)</li><li>2. Contratação de Serviços de Consultoria em BPM</li><li>3. Modelagem de fluxos - Processo de Modelagem e Desenvolvimento de Robôs</li><li>4. Planejamento do pacote I de robôs</li><li>5. Desenvolvimento de Robôs - Pacote I</li><li>6. Planejamento do pacote II de robôs</li><li>7. Desenvolvimento de Robôs - Pacote II</li><li>8. Contratação de Ferramenta RPA</li><li>9. Desenvolvimento de robôs - Pacote III</li></ol>	13/06/2024 Planejamento Por fase
SEPLAG	Implantação da LGPD	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Estrutura de governança para implantação da LGPD</li><li>2. Diagnóstico preliminar para implantação da LGPD &amp; Implantação de Itens Prioritários</li><li>3. Contratação da Consultoria especializada em implantação da LGPD e aquisição de soluções tecnológicas para Governança da Privacidade e Proteção de Dados</li><li>4. Plano de Trabalho de Implantação da LGPD</li><li>5. Contratação de consultoria individual para suporte à implantação e execução de LGPD</li><li>6. Plano de capacitação e conscientização</li><li>7. Monitoramento</li><li>8. Contratação de empresa de sustentação da LGPD</li></ol>	31/03/2025 Planejamento Completo
Secretaria-Geral Administrativa	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Criação do Comitê de Gestão da Inovação</li><li>2. Estruturação de laboratório de inovação</li><li>3. Contratação de consultoria em Design</li><li>4. Contratação consultor individual Designer gráfico (1ª vaga)</li><li>5. Contratação de consultor individual Designer gráfico (2ª vaga)</li><li>6. Contratação de consultor individual Letras (1ª vaga)</li><li>7. Contratação de consultor individual Letras (2ª vaga)</li><li>8. Formalização da parceria com Laboratório Íris</li><li>9. Plano de Capacitação em inovação do TJCE</li><li>10. Implantação de ferramentas</li><li>11. Promoção de ações para fortalecer a cultura de inovação</li></ol>	16/05/2024 Planejamento por fase



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

		12. Realização de oficinas de design thinking para projetos inovadores 13. Hackathon de inovação 14. Simplificação de 32 documentos (Núcleo 4.0; SEJUD 1º grau e SEJUD 2º grau)	
SETIN	Modernização da infraestrutura tecnológica	1. Levantamento e contratação das soluções prioritárias: - Webcam e caixas de Som - Solução de armazenamento de dados - Solução backup (Fitas) - Manutenção de servidores - Solução tecnológica de virtualização de servidores - Ampliação da Solução de hiperconvergência - Solução tecnológica de backup - Serviços integrados para Solução de colaboração - Computadores de alto desempenho (workstations) - Switches SAN - Notebooks - Computadores - Suporte técnico para os balanceadores de carga - Data Center - Switches de acesso - Licenças do Power BI Premium - Aquisição de computadores 2023 - Aquisição de notebooks 2023 - Garantia de Switches de núcleo - Ferramenta de monitoramento PJE - Firewall pequeno - Links de contingência - Processamento de servidores para PJE - Processamento de servidores BD - Aquisição de Nuvem Microsoft - Aquisição de serviço em nuvem (Cloudbroker) 2. Contratação de empresa para desenvolvimento de aplicações	07/05/2025 Planejamento Completo
SETIN	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação	1. Revisão das políticas de segurança da informação 2. Revisão dos processos de trabalho de segurança da informação 3. Levantamento das tecnologias disponíveis que podem ser aprimoradas 4. Implantação do Centro de Operações de Segurança (SOC) 5. Capacitação em Segurança da Informação 6. Implementação de Itens dos Manuais/CNJ (Res. 396/2021 e Portaria 162/2021)	19/12/2024 Planejamento Completo
SETIN	Arquitetura corporativa de sistemas e infraestrutura de TI	1. Contratação de consultoria para auxiliar na identificação da arquitetura tecnológica necessária 2. Diagnóstico da arquitetura corporativa 3. Identificação de tecnologias para aprimoramento da prestação jurisdicional 4. Proposição e projeto de Arquitetura Corporativa 5. Plano de Implementação da Arquitetura Corporativa 6. Contratação de consultoria individual para avaliação de propostas e controle de qualidade do projeto	14/08/2024 Planejamento Por fase





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

SGP e Esmec	Programa de desenvolvimento de pessoas	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Infraestrutura para gravação de aulas na Esmec</li><li>2. Revitalização de ambiente virtual de aprendizagem para EAD</li><li>3. Plano de capacitação dos servidores 2023</li><li>4. Contratação de consultoria para revisão do mapeamento de competências e trilhas de capacitação</li><li>5. Revisão do mapeamento de competências e desenvolvimento de trilhas de capacitação, relativas à transformação digital</li><li>6. Elaboração do mapeamento de competências e trilhas de capacitação dos magistrados</li><li>7. Contratação de MBA em Gestão Pública e Poder Judiciário</li><li>8. Capacitação em Inovação</li><li>9. Sistema de Gestão Acadêmico</li></ol>	03/04/2024 Planejamento Por fase
SGP	Gestão de Mudanças	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Contratação de empresa para capacitação das equipes dos projetos em Gestão de Mudanças</li><li>2. Capacitação da equipe dos projetos em Gestão de Mudanças</li><li>3. Planos de Gestão de Mudanças por Projeto</li><li>4. Feira de Transformação Digital e Humanização</li><li>5. Plano de Comunicação do Promojud</li><li>6. Humanização na gestão de mudanças</li><li>7. Contratação de consultor individual Web designer</li><li>8. Contratação de consultor individual Endomarketing</li></ol>	07/06/2024 Planejamento Por fase
CONJUR	Solução tecnológica para busca integrada de jurisprudências	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Diagnóstico da situação atual e das necessidades dos usuários</li><li>2. Análise das interseções entre os projetos Busca Integrada e Melhoria da Gestão Documental</li><li>3. Realização de estudos nas ferramentas de referência (Codex e Elasticsearch)</li><li>4. Definição do escopo da ferramenta em consonância às orientações do CNJ</li><li>5. Consulta de Jurisprudências TJCE - 2º Grau e Turma Recursal – Módulo de Consulta Simples</li><li>6. Consulta de Jurisprudências TJCE - 2º Grau e Turma Recursal – Módulo de Consulta Avançada</li><li>7. Solução para Busca Ativa Inteligente</li><li>8. Integração SJURIS x SAJ</li><li>9. Módulo de Busca de Atos Normativos</li></ol>	28/05/2024 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Administrativa	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Contratação de Consultoria para definição de modelos e planos para o Atendimento Humanizado</li><li>2. Definição e Implantação de novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento</li><li>3. Qualificação do atendimento</li><li>4. Criação de Balcão Virtual</li><li>5. Implantação da CAJ MULHER</li><li>6. Realização de eventos de sensibilização sobre o tema Humanização do Atendimento</li><li>7. Implantação do balcão virtual no Teams</li><li>8. Implantação do canal de atendimento dos magistrados</li><li>9. TJCE Mobile</li><li>10. Implantação da Central de Atendimento Interna Administrativa</li><li>11. Expansão das CAJS</li></ol>	30/08/2024 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Judiciária	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Diagnóstico da situação pré-processual e processual</li><li>2. Plano de Capacitação para ampliação do número de mediadores e conciliadores</li><li>3. Formação complementar para servidores, magistrados, advogados demais conveniados</li><li>4. Plano de Comunicação com mediadores e conciliadores</li><li>5. Aprimoramento dos pagamentos (sistema informatizado automatizado)</li><li>6. Contratação de Empresa para o desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR</li><li>7. Desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR</li></ol>	28/05/2024 Planejamento Por fase



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

		<ol style="list-style-type: none"><li>8. Revisão da estrutura física para melhor prestação de serviços</li><li>9. Realização de estudo sobre a Reestruturação Administrativa do CEJUSC de Fortaleza</li></ol>	
Presidência	Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Política de incentivo de oportunização para as mulheres implantada</li><li>2. Implementação do repositório de mulheres juristas</li><li>3. Aprimoramento do repositório de mulheres juristas</li><li>4. Implementação de rede colaborativa para auxiliar na disseminação do programa</li><li>5. Implementação de repositório de mulheres gestoras</li><li>6. Execução de plano de melhorias para fortalecimento de lideranças femininas</li><li>7. Criação de espaço online destinado à exposição de conteúdo relacionado ao programa</li><li>8. Contratação de consultoria especializada em implantação de programas de lideranças femininas</li><li>9. Realização dos serviços contratados junto à consultoria especializada</li><li>10. Plano de implantação das ações apontadas pela consultoria</li></ol>	13/08/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Criação do Núcleo de combate à violência doméstica - piloto Maracanaú</li><li>2. Criação do protocolo de atendimento à vítima de violência</li><li>3. Painéis de monitoramento dos indicadores relacionados à violência doméstica</li><li>4. Institucionalização do Projeto "Proteção na Medida" no TJCE</li><li>5. Integração com órgãos externos SIGIM -Vice Gov</li><li>6. Criação de plataforma de apoio à mulher (rede de apoio e garantia de direitos)</li><li>7. Justiça pela mulher da justiça</li></ol>	07/02/2024 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Administrativa	Otimização e modernização da Área Administrativa	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Aprimoramento da Gestão Orçamentária</li><li>2. Aprimoramento da Gestão Administrativa</li><li>3. Implantação da Gestão Patrimonial</li><li>4. Aprimoramento das contratações</li><li>5. Implantação e evolução do ADMRH</li><li>6. Implantação a gestão de custos</li><li>7. Levantamento de necessidades e regras de negócio</li><li>8. Implantação de soluções tecnológicas integradas para gestão administrativa</li><li>9. Implantação dos robôs dos módulos do ADMRH - 1º pacote</li></ol>	25/09/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Aprimoramento do PJe - 3ª fase	Fase 3: Aprimoramento: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Evolução do migrador - 2º grau</li><li>2. Criação e Implantação dos minifluxos/mini PACs</li><li>3. Soluções - PDPJ</li><li>4. Outras Soluções</li></ol>	17/01/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Prêmio CNJ de Qualidade	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Designação dos Grupos de Trabalho e Sistemática de monitoramento ("Governança do PCNJQ") (concluído)</li><li>2. Diagnóstico geral dos anos anteriores (concluído)</li><li>3. Plano de ação e metas por Eixo (concluído)</li><li>4. Execução das ações – Eixo Governança (concluído)</li><li>5. Execução das ações – Eixo Transparência (concluído)</li><li>6. Execução das ações – Eixo Produtividade (concluído)</li><li>7. Execução das ações – Eixo Dados e Tecnologia (concluído)</li><li>8. Execução das ações - Referência 2024 (em andamento)</li></ol>	14/12/2023 Planejamento Completo





## INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

### METAS NACIONAIS

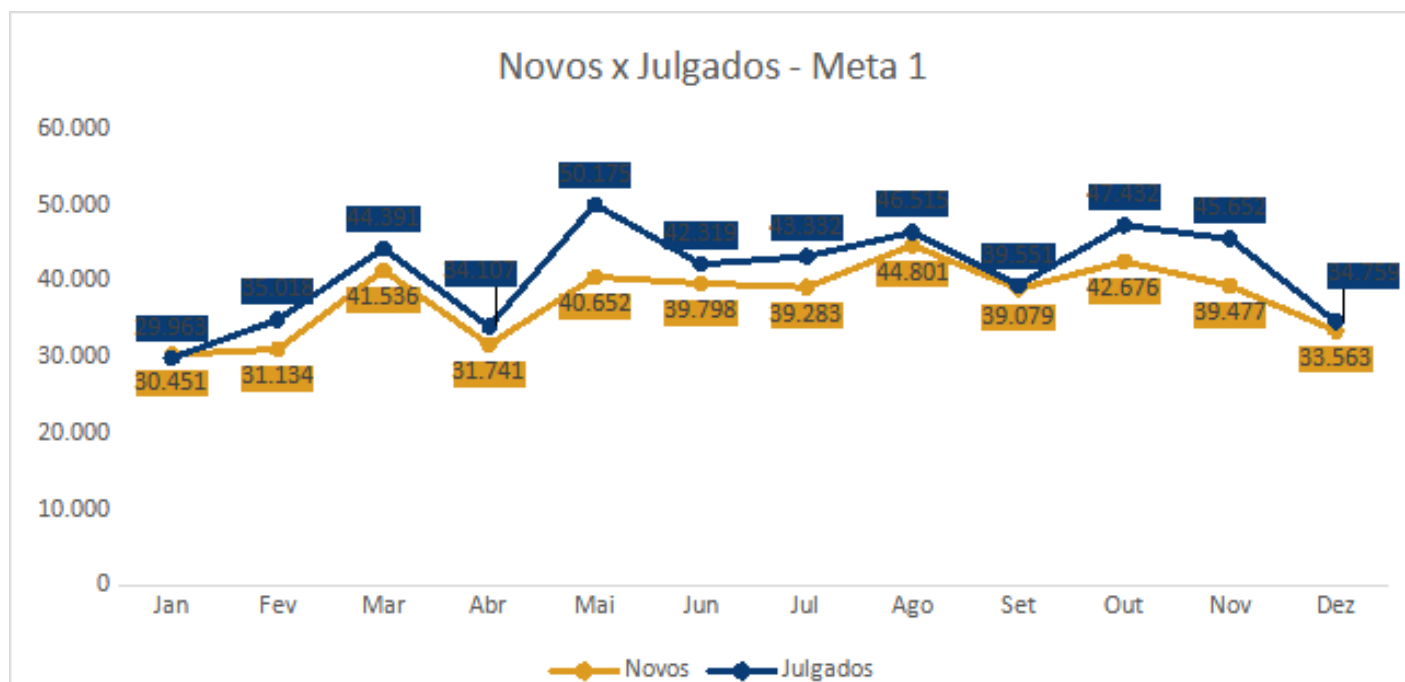
Como resultado geral das ações empreendidas em 2023 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 493.214 processos da meta 1; 82.504 processos da meta 2; 2.210 processos da meta 4; 7.941 processos da Meta 8; 1.026 processos julgados da Meta 10; e 4.821 processos da meta 11, além de 461.027 conciliações realizadas referentes à Meta 3, conforme se observa nas figuras a seguir.

### META 1 DE 2023 – JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Segmento	Novos	Julgados	Cumprimento
1º Grau	299.537	329.130	108,88%
2º Grau	67.381	70.897	104,73%
Juizado Especial	66.208	70.655	106,54%
Turma Recursal	21.065	22.532	107,14%
<b>TJCE</b>	<b>454.191</b>	<b>493.214</b>	<b>107,85%</b>

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

### Meta 2 – Julgar processos mais antigos

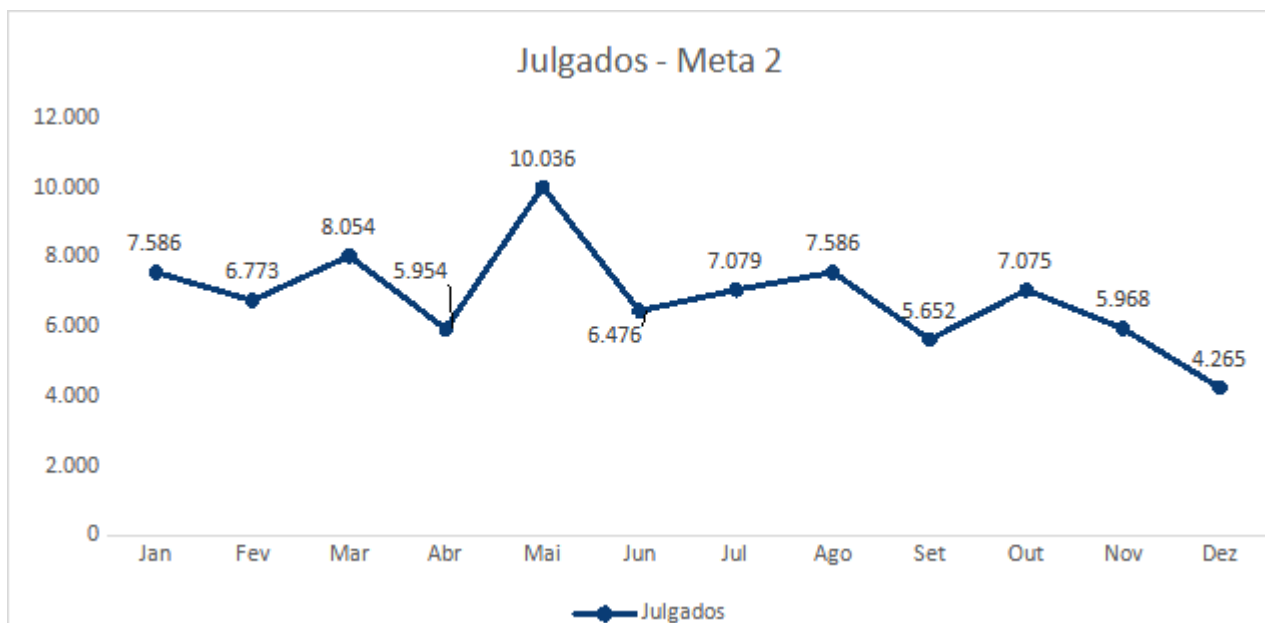


## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

Identificar e julgar até 31/12/2023, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Segmento	Acervo	Julgados	Cumprimento
1º Grau	176.649	72.558	98,89%
2º Grau	6.730	4.611	104,56%
Juizado Especial	2.093	4.521	112,53%
Turma Recursal	121	814	109,90%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

### Meta 3 – Estimular a conciliação

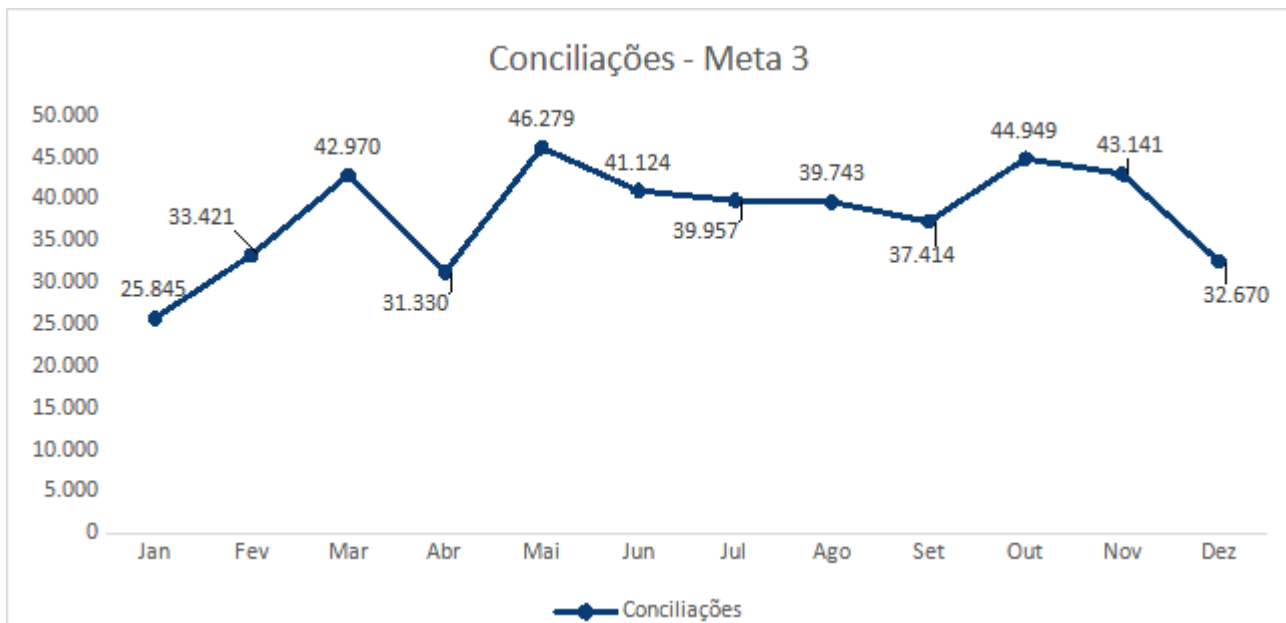
Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

Tribunal	Conciliações realizadas	Índice de conciliação	Cumprimento
TJCE	461.027	119,95%	100,00%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça



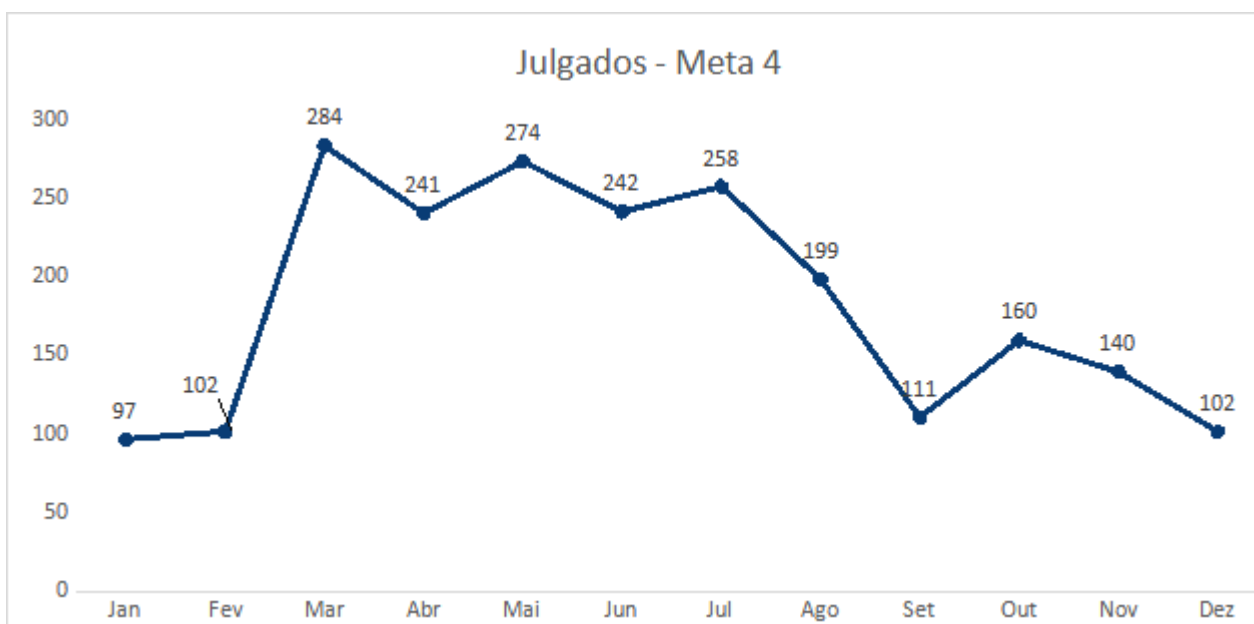
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

### Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2023 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Tribunal	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
TJCE	5.375	2.210	104,52%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

### Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

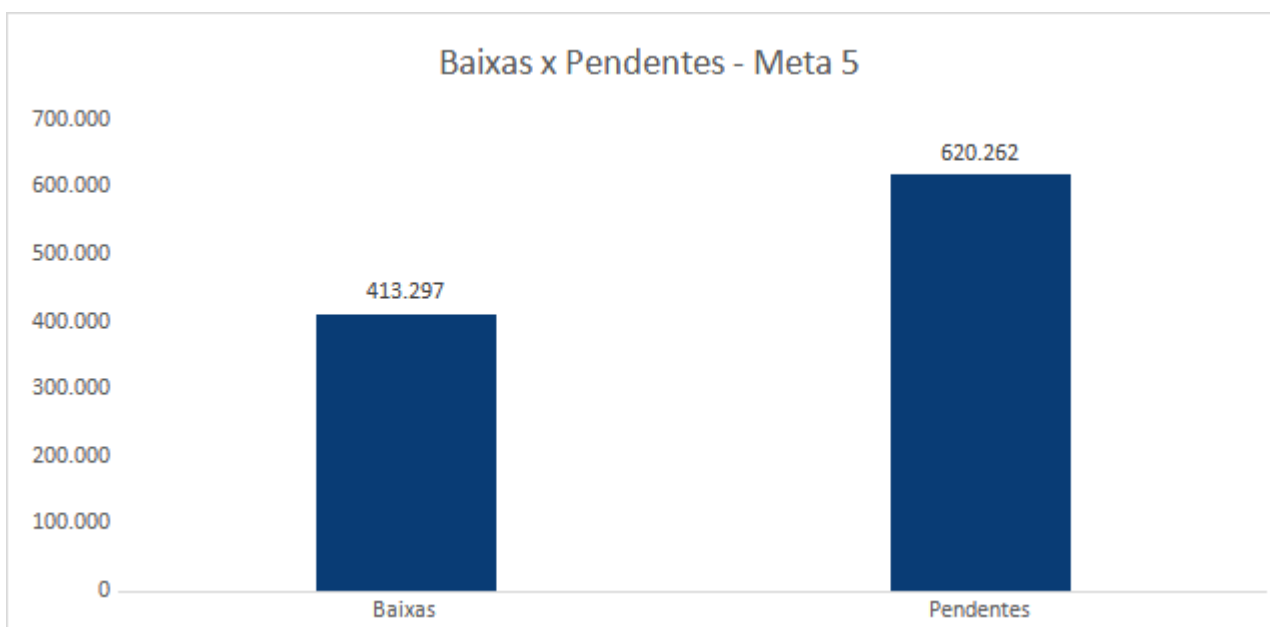
Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.

$$\text{Cálculo} = \left( \frac{\text{TCLC 2022} - 0,005}{\text{TCLC 2023}} \right) * 100$$

TCLC – Taxa de congestionamento líquida de conhecimento

Tribunal	TCLC 2022	TCLC 2023	Cumprimento
TJCE	0,6279 (62,79%)	0,6001 (60,01%)	103,80%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

### Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

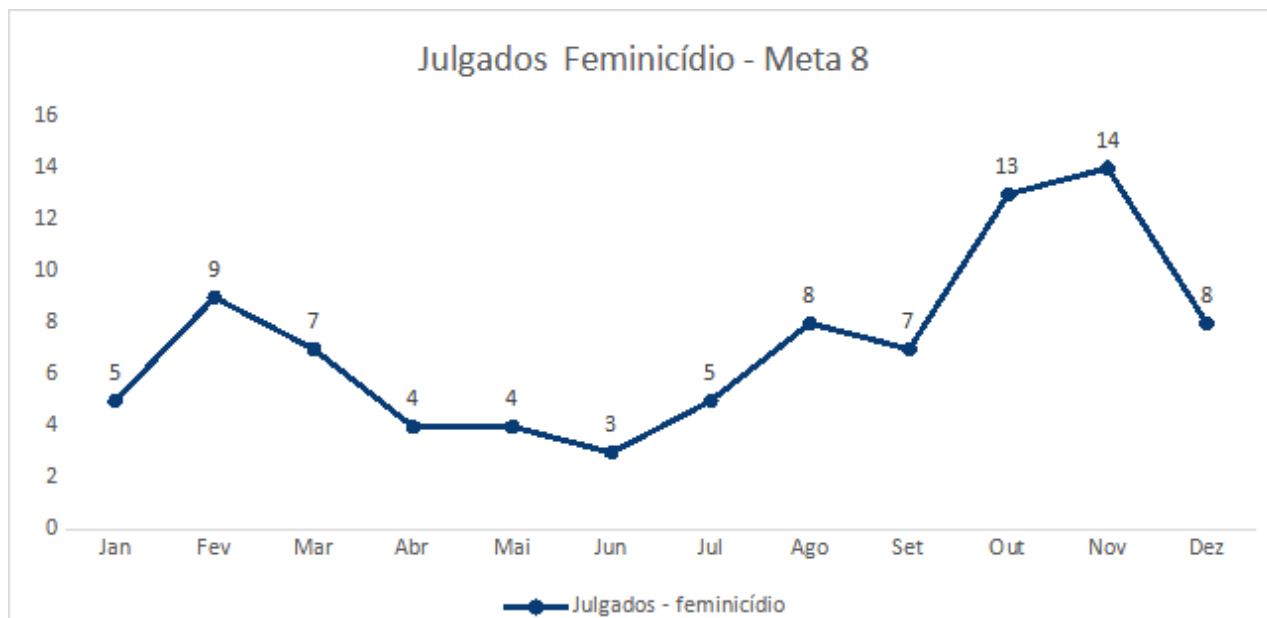
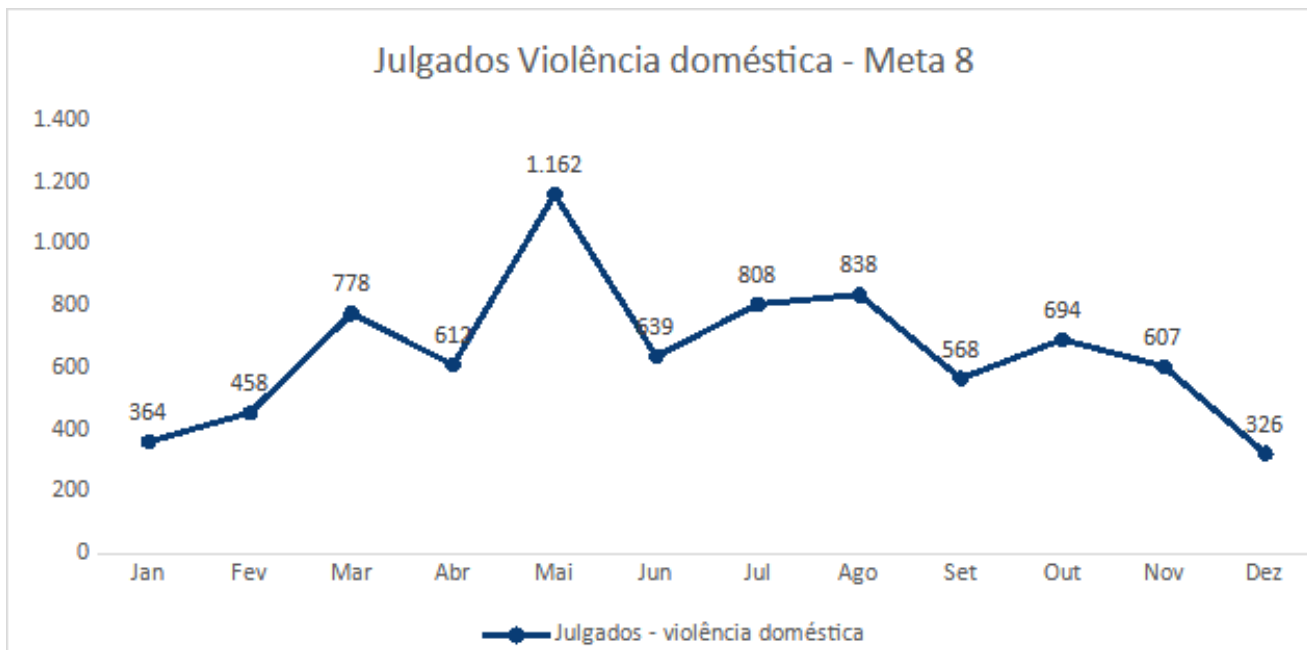
Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

Meta 8	Acervo	Julgados	Cumprimento
Violência Doméstica	14.561	7.854	121,21%
Feminicídio	197	87	106,55%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça



### Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Tribunal	Cumprimento
TJCE	100,00%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



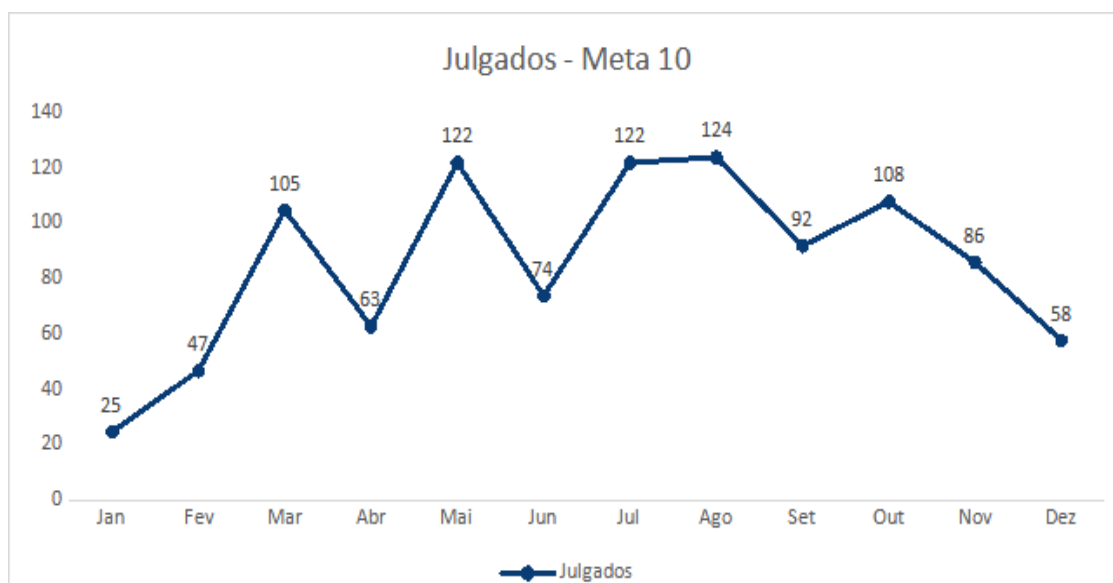
## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

### Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022.

Tribunal	Acervo	Julgados	Cumprimento
TJCE	1.667	1.026	212,69%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

### Meta 11 – Infância e Juventude

Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.

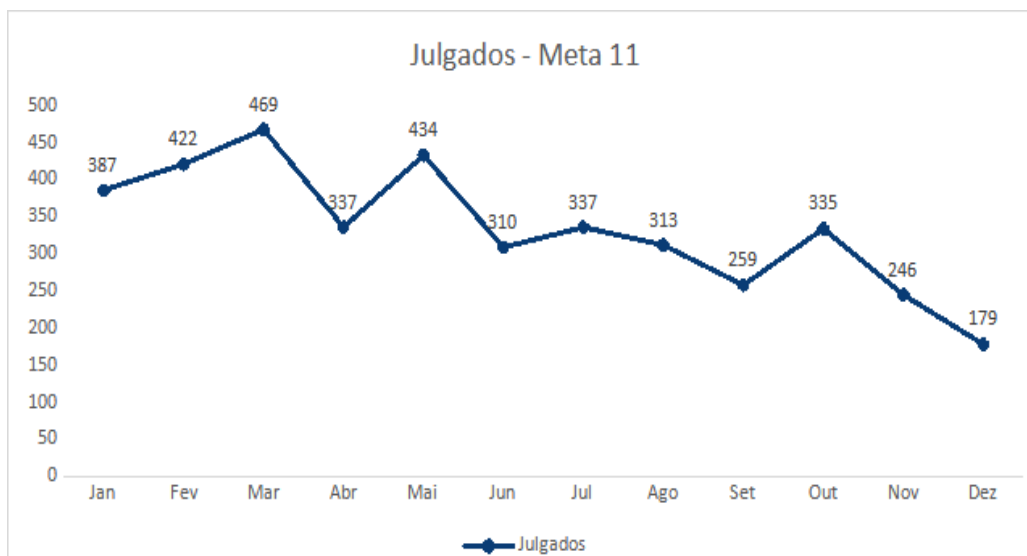
Segmento	Acervo	Julgados	Cumprimento
1º Grau	7.782	3.937	98,35%



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

2º Grau	148	91	95,67%
---------	-----	----	--------

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

### JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2023, com dados referentes ao ano de 2022.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, natureza (se processo de conhecimento ou execução) e recorribilidade. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ). Os valores referentes a 2022 foram retirados dos dados do Justiça em Números, fornecido pelo CNJ, e os dados de 2023 foram retirados do próprio Painel de Estatística do CNJ.

Tabela 8 – Justiça em Números 2023 (ano-base 2022): Casos em Geral

#### CASOS EM GERAL



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

<b>2º GRAU</b>	<b>2022 (JN)</b>
Casos Novos no 2º Grau Criminais	17.035
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	51.633
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	11.487
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	65.369
Recursos Internos no 2º Grau	44
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	34
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	18.218
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	44.225
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	17.778
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	49.188
<b>1º GRAU – CONHECIMENTO</b>	<b>2022 (JN)</b>
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	58.438
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	199.190
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	209.169
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	441.163
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	202
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	-
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	77.238
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	221.256
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	66.269
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	240.545
<b>1º GRAU – EXECUÇÃO</b>	<b>2022 (JN)</b>
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	27.965
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	10.482
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	126.963
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	65.290
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.410
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	6.649
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	14.039
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	12.437
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	46.583
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	47.035
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	16.557
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	11.723
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	23.849
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	10.767
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.385
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.781
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	22.101
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	24.319
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	11.315
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.994
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	6.590
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	27.932
<b>TURMA RECURSAL</b>	<b>2022 (JN)</b>
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	198





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

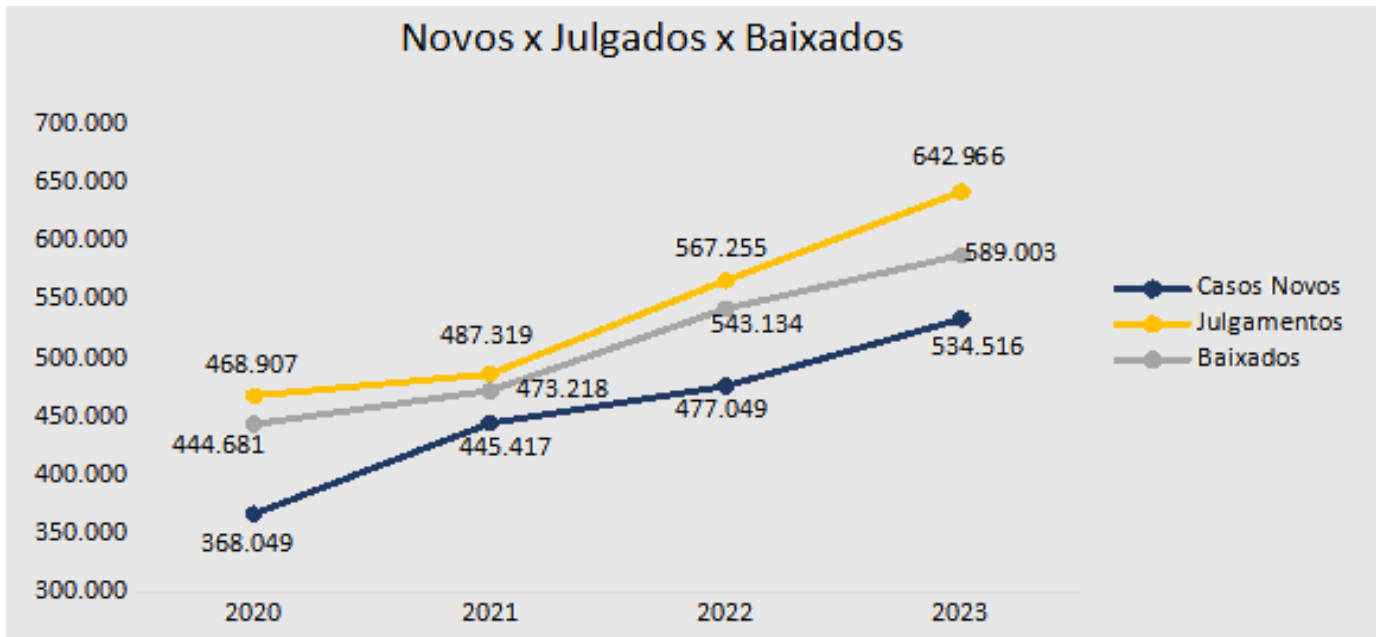
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	22.600
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	204
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	26.527
Recursos Internos nas Turmas Recursais	76
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	58
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	444
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	39.095
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	258
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	27.046
<b>JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO</b>	<b>2022 (JN)</b>
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	5.612
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	51.545
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	67.884
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	14.846
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	71.900
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	325
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	-
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	6.793
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	47.464
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	9.835
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	58.166
<b>JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO</b>	<b>2022 (JN)</b>
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.668
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.269
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	6
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	4.050
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	4
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	12.300
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	412
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.331
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	10
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	8.545
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.870
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	7
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	15.991

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2023, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 9 – Evolução dos pendentes, casos novos, julgados e baixados 2021-2023

	Pendentes			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
1º Grau	990.911	947.650	758.360	293.209	316.467	364.894	316.679	368.801	431.219	331.173	362.687	362.687
2º Grau	74.549	72.759	75.745	61.546	68.393	69.235	70.944	78.568	87.331	64.235	64.175	70.423
Juizados Especiais	95.584	100.581	75.060	67.868	69.564	79.242	76.742	92.074	92.074	64.091	75.697	92.706
Turmas Recursais	34.012	43.197	25.136	22.794	22.625	21.145	22.954	27.812	24.542	13.719	40.575	21.234

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Pendentes = pendentes líquidos + suspensos

Tabela 10 – Carga de Trabalho e Número de Sentenças/Decisões por Magistrado do TJCE – 2021-2023

Instância	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
1º Grau	4.094	3.621	4.164	998	1.043	1.197
2º Grau	3.186	2.630	3.359	1.440	1.263	1.485
Juizados Especiais	1.000	1.019	1.424	448	522	622
Turmas Recursais	2.405	2.895	2.464	903	1.187	1.450
<b>Média Geral</b>	<b>4.110</b>	<b>3.675</b>	<b>4.040</b>	<b>1.174</b>	<b>1.221</b>	<b>1.496</b>

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Tabela 11 – Casos Novos e Produtividade por Servidor da Área Judiciária do TJCE – 2021-2023

Instância	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
1º Grau	68	78	97	77	89	105
2º Grau	130	147	145	133	134	151



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

Juizados Especiais	159	173	228	147	176	261
Turmas Recursais	639	691	638	375	1.198	681
<b>Média Geral</b>	<b>85</b>	<b>96</b>	<b>98</b>	<b>90</b>	<b>107</b>	<b>107</b>

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

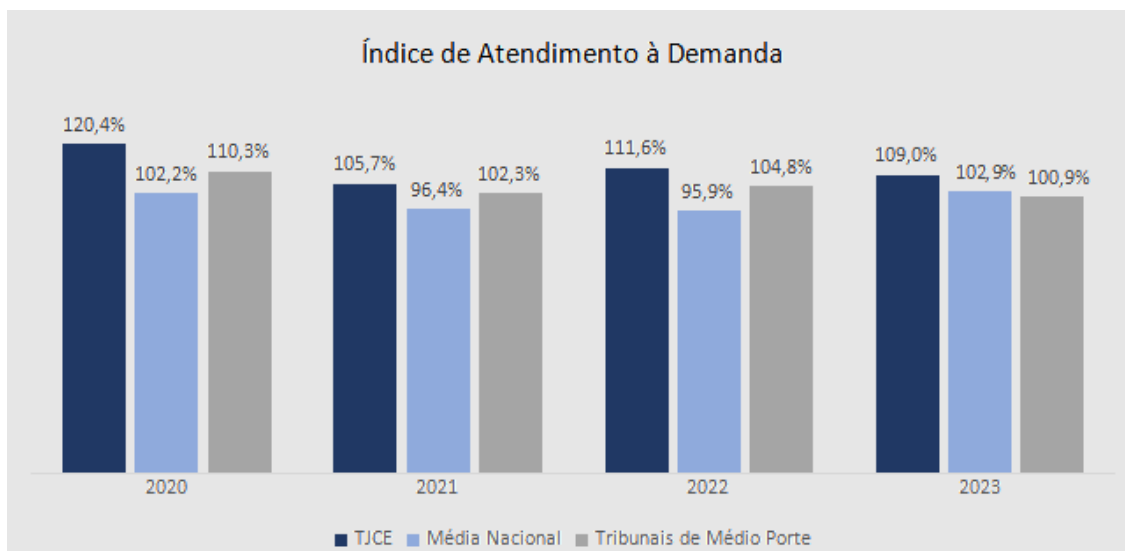
A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2023, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução.

Tabela 12 – Evolução da Taxa de Congestionamento 2021-2023

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2021	2022	2023
1º Grau	74,95%	72,32%	65,21%
2º Grau	54,37%	53,13%	51,82%
Juizados Especiais	59,86%	57,06%	44,74%
Turmas Recursais	71,26%	51,56%	54,21%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Já o Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos (Baixas/CN), retratando o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

### RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA em 2023

Sobre os resultados obtidos em 2023 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “5.1–Justiça” do Eixo “5–Ceará Pacífico” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2020-2023)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribuiu quando da execução de seus programas temáticos de governo (Programas nº “512–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”, e nº “513–Integração do Sistema de Justiça Criminal-Integra”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores dos programas finalísticos.

Tabela 1-Desempenho dos Indicadores dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Sentenças proferidas por magistrado	Sentença por magistrado	2023	1.236,00	1.496,00	121,04	Favorável e tende a melhorar
Índice de produtividade do servidor	Processo por servidor	2023	126,00	107,22	85,10	Favorável e tende a melhorar
Taxa de congestionamento	Percentual	2023	62,00	63,73	97,21	Favorável e tende a melhorar
Índice de atendimento à demanda	Percentual	2023	120,07	108,98	90,76	Favorável e tende a melhorar
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)						
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados	Número	2023	-	-	-	Descontinuado

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023– Período: janeiro-dezembro de 2023).

Ao analisar o indicador “*Sentenças proferidas por magistrado*”, destaca-se que, tanto o ingresso de novos juízes quanto o aumento da produtividade de magistrados e a atuação do Núcleo de Produtividade Remota com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI) e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci) no julgamento de processos corroboraram para o bom resultado do indicador



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

em 2023, em que os magistrados conseguiram ultrapassar a meta anual de sentenças proferidas. Como resultado, de um total de 638.787 sentenças proferidas por 427 magistrados, o indicador apresentou um desempenho favorável no ano, com bons resultados obtidos nos dois semestres, e atingiu percentual de 121,04%, superando, dessa forma, a meta projetada para o período.

Com relação ao indicador “*Índice de produtividade do servidor*”, também apresentou desempenho favorável, embora ainda inferior ao esperado. O índice alcançou percentual de realização de 85,1% da meta projetada para 2023, e mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores ativos que atuaram no período, computando-se um total de 627.559 processos baixados por 5.853 servidores. Destaca-se que esse resultado foi impactado pelo ingresso de novos servidores nos últimos dois anos, incluindo o ano de 2023. Assim, embora a produtividade de 2023 apresente melhora em relação a 2022, quando atingiu percentual de realização de 74,19% da meta, reduz a média de produtividade. Isso porque os novos servidores nomeados ao longo do ano de 2023 não conseguiram produzir em todos os meses do ano. Contudo, levando em conta a curva de aprendizado, e o aumento da força de trabalho, a tendência é que a produtividade atinja os patamares estimados para os próximos anos.

Acerca do indicador “*Taxa de congestionamento*”, mede o percentual de processos não finalizados no ano, cuja baixa definitiva ocorre quando todas as determinações constantes na sua sentença foram cumpridas pelas partes litigantes, calculado pela fórmula:  $[CASOS\ PENDENTES / (CASOS\ PENDENTES + PROCESSOS\ BAIXADOS)]$ . Desse modo, ocorrendo o trânsito em julgado e não havendo mais movimentações processuais necessárias e/ou pendentes, o processo poderá ser baixado definitivamente, e não será contabilizado mais no acervo pendente do Tribunal. Portanto, quanto menor for a taxa, maior será a facilidade do Tribunal em lidar com seu estoque de processos. Esse indicador apresentou desempenho favorável no ano de 2023, em que foram baixados 627.559 processos, e constavam 1.102.531 casos pendentes de baixa, resultando em taxa de congestionamento de 63,73% em 2023  $[1.102.531 / (1.102.531 + 627.559) = 0,6373]$ , e percentual de realização de 97,21%, bem próximo de atingir à meta projetada para o ano. Isso demonstra o compromisso do TJCE com produtividade e celeridade na prestação jurisdicional. Destaca-se que o resultado favorável do indicador é reflexo do aumento da produtividade de servidores e magistrados, decorrente do acréscimo que houve na força de trabalho do Poder Judiciário cearense por meio de nomeações desses agentes nos últimos dois anos, contribuindo para dar maior vazão aos processos judiciais. Destaca-se ainda a contribuição do Núcleo de Produtividade Remota, que adotou novo modelo de atuação em 2023, com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci), na detecção de focos de congestionamento e na providência de soluções para a realização dos julgamentos nas comarcas de Fortaleza e do Interior, baixando os estoques de processos no 1º e no 2º Grau da Justiça, que juntos corroboraram para o bom resultado do indicador.

O “*Índice de atendimento à demanda processual*” do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O indicador apresentou desempenho favorável durante o ano de 2023, visto que alcançou percentual de realização de 90,76% em relação à meta projetada. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

período, seu resultado de 108,98%, que se manteve superior a 100%, no qual se computou um total de 575.833 casos novos e de 627.559 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal em dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes. Destaca-se que tanto o aumento da produtividade de magistrados e servidores, quanto a atuação do Núcleo de Produtividade Remota, que adotou novo modelo em 2023, com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci), corroboraram para o bom resultado do indicador em 2023.

Por fim, acerca do indicador “*Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados*”, vale destacar que o projeto estratégico “*Padronização e integração do mandado de prisão*”, que previa a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão, acabou sendo descontinuado, uma vez que a SSPDS/PCCE substituiu seu sistema por meio do qual haveria a integração, tornando impossibilitada a continuidade do referido projeto para permitir a integração com o sistema do TJCE, de modo que nenhuma entrega efetiva foi realizada em 2023. Dessa forma, não há mais possibilidade de atualizações no que diz respeito à entrega “*SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO*”, que previa a integração dos sistemas a ser realizada por meio de tecnologia Web Service. Os agentes envolvidos, após realizar uma análise de viabilidade do Programa “*513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)*”, decidiram sobre sua descontinuidade no âmbito do PPA desde o final de 2021, dada sua inviabilidade, especialmente para a concepção do próximo plano de governo.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas de iniciativa dos programas finalísticos em 2023.

Tabela 2-Desempenho físico das Entregas dos Programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2023	Realizado em 2023	% Execução Física	Loa + créditos 2023	Empenhado 2023	% Execução orçamentária - financeira
512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional	409-PESSOA CAPACITADA	Número Absoluto	2.214,00	3.547,00	160,21	4.236.852,00	1.790.821,13	42,27
	950 - MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Percentual	25,00	25,00	100,00	1.771.936,00	1.435.195,92	81,00
	1.637 - SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO	Percentual	19,04	19,04	100,00	8.445.255,55	1.028.099,93	12,17
512.1.02- Promoção da oferta de serviços judiciais	1.350 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Número Absoluto	514,00	713,00	138,72	1.332.510.650,12	1.320.000.898,08	99,06
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e	477- PROJETO IMPLANTADO	Percentual	20,00	20,00	100,00	23.493.809,00	18.707.065,66	79,63





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

tecnológica da oferta dos serviços judiciais.	1.348-UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Número Absoluto	159,00	252,00	158,49	63.445.616,56	35.101.297,08	55,33
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito.	1.606-SERVIÇO EXTRAJUDICIAL OFERTADO	Número Absoluto	377.150,00	430.757,00	114,21	38.400.791,00	32.882.607,97	85,63
512.1.05 - Implantação da transformação digital para aprimoramento dos serviços ao cidadão.	1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Percentual	33,33	33,33	100,00	12.080.895,75	6.978.721,54	57,77
<b>PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)</b>								
<b>Objetivo:</b> Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta programada para 2023	Realizado em 2023	% Execução Física	Loa + créditos 2023	Empenhado 2023	% Execução orçamentária - financeira
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	1.485-SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO	Número Absoluto	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro-dezembro de 2023).

No que concerne ao Programa “512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”, as principais realizações concluídas em 2023 dizem respeito às seguintes entregas: 3.547 pessoas capacitadas, 713 unidades judiciárias mantidas, 430.757 serviços cartorários gratuitos ofertados e 252 unidades judiciárias estruturadas.

Destacam-se os seguintes pontos: 1) o programa de capacitação de servidores e magistrados foi executado de forma a alcançar um percentual de execução física de 160,21% da meta anual estipulada para 2023, a despeito de uma execução financeira-orçamentária aquém do esperado. O bom resultado da entrega física pode ser explicado pelo fato de a oferta de cursos e de capacitações terem ocorrido também em sua grande parte por formadores internos, cujo custo é bem menor do que a contratação de formadores externos (de mercado), e com utilização em sua grande parte de recursos próprios provenientes da arrecadação do Fermoju, considerando que os recursos previstos provenientes do financiamento pelo BID foram pouco executados tendo em vista a política de replanejamento e priorização da aplicação de recursos segundo regras do agente financiador; 2) a manutenção das unidades judiciárias das comarcas da capital e do interior, cujos serviços de manutenção prestados apresentam caráter de continuidade, também atingiu um percentual de execução física realizada de 138,72% de unidades judiciárias mantidas superior à meta física programada para o ano de 2023, frente a uma execução orçamentária/financeira próxima de 99,06%, o que reflete uma proximidade com o planejamento; 3) os serviços extrajudiciais (cartorários) alcançaram um percentual realizado de execução física de 114,21% de atos cartorários de registro civil gratuitos superior à



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

meta física programada para o ano de 2023, frente a uma execução orçamentária/financeira próxima de 90%, o que reflete uma proximidade com o planejamento; e 4) a estruturação de unidades judiciárias, a fim de contribuir para a qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais atingiram um percentual de execução física de 166,85%, cujo resultado se deve principalmente à substituição de microcomputadores e notebooks e substituição de sistema judicial antigo por novo, através da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em diversas unidades de comarcas da capital e do interior, contribuindo ainda as reformas e ampliações das estruturas físicas de fóruns do interior, como Uruburetama, Pacatuba, Marco, Crato, Beberibe e Jaguaribe.

Cabe esclarecer que as demais entregas do programa “512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL” (“950-MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO”, “1.637-SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO”, “477-PROJETO IMPLANTADO” e “1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA”), relacionados aos projetos dos produtos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), todas tiveram o acompanhamento da execução física dos produtos do Promojud baseado na elaboração de relatórios anuais informando de forma qualitativa o avanço dos produtos, de acordo com regra e exigência do agente financiador (BID), que constou na adequação do PPA realizada no final de 2022. Nesse sentido, todas as entregas atingiram percentual de realização de 100% das metas físicas, tendo em vista a completude dos relatórios informando o avanço dos produtos ao longo de 2023.

Dessa forma, como principais realizações da entrega “1637 – SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO” (Produto 2.1 – Governança e gestão estratégica aprimoradas; Produto 2.2 – Gestão orçamentária e financeira modernizada; Produto 2.3 – Gestão de custos implantada; Produto 2.5 – Capital humano aprimorado; e Produto 2.6 – Programa de desenvolvimento de mulheres líderes implementado) tem-se: Capacitação em gestão completa e eficiente do patrimônio público; Curso de Excel Básico ao Avançado; Curso de Power BI Básico ao Avançado; e Curso de libras, que foram concluídos em 2023. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria em Design Thinking; Consultoria especializada em Gestão Estratégica e Projetos; Licenças, Suporte e capacitação do Brisk; Solução tecnológica de Gestão Estratégica Brisk; Consultoria individual para preparação de TRs, avaliação de propostas e controle de qualidade da solução tecnológica de gestão de demandas; Consultoria técnica especializada no âmbito de Gestão de Licitações e Contratações Públicas; Serviços especializados de levantamento e diagnóstico dos bens móveis e intangíveis, compreendendo os inventários, as reavaliações e o saneamento do sistema; Solução tecnológica de Folha/RH; Capacitação em gestão de mudanças; Consultoria em mapeamento de competências e levantamento de perfis dos cargos; Programa de Desenvolvimento de Gestores com foco em Gestão e Comunicação; e MBA em Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário.

A principal realização da entrega “950 – MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO” (A1-Monitoramento e avaliação; e A2-Auditoria) foi a Primeira Auditoria do Promojud realizada. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria individual de Intérprete de idiomas; Consultoria individual para preparação de TRs e avaliação de propostas, notadamente nas fases de pesquisa de preços, orçamentação e compras; Consultor individual para atuar na avaliação





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

experimental de Harvard (Pesquisador local); Contratação de empresa de auditoria externa; e Consultoras individuais para apoio às aquisições do Promojud.

Com relação à entrega “477 – PROJETO IMPLANTADO” (Produto 1.2 – Infraestrutura tecnológica modernizada), tem-se como realizações as aquisições de computadores e notebooks. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Suporte técnico para os balanceadores de carga; Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas; Solução tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração; e Solução tecnológica de manutenção de servidores.

No que diz respeito à a entrega “1664 – SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA” (Produto 1.1 – Processos otimizados e automatizados, Produto 1.3 – Centro de operações de Cibersegurança implementado, Produto 1.4 – Atendimento à população modernizado e aperfeiçoado, Produto 1.5 – Processo Judiciário célere e cognitivo, Produto 1.6 – Promoção da equidade de gênero nos serviços judiciários e Produto 2.4 – Gestão da qualidade implantada), tem-se a contratação de empresa para prestar serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria especializada em Gestão de Processos (BPM); Consultor especializado em desenvolvimento de robôs; Consultor para avaliação de propostas e controle de qualidade do Projeto Arquitetura corporativa; Consultoria especializada em atendimento; Serviços de Operador de Atendimento Especializado – Pje; Serviços de Sustentação e Desenvolvimento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje; Consultores especializados em Inteligência Artificial; Analistas de negócio – Pje; e Consultoria Especializada em Gestão da Qualidade.

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas às iniciativas do programa 512 mostrou-se satisfatório durante o ano de 2023, tendo em vista que as referidas entregas atingiram e até ultrapassaram as metas previstas para 2023.

Quanto aos indicadores do programa, conforme já mencionado, todos apresentaram resultados satisfatórios, com alguns ultrapassando ou ficando bem próximos da meta: o *Índice de atendimento à demanda* alcançou percentual de realização de 90,76% em relação à meta anual; a *Taxa de congestionamento* ficou próximo da meta prevista, com percentual de realização de 97,21%; *Sentenças proferidas por magistrado* ultrapassou a meta anual com 121,04% de realização; e *Índice de produtividade do servidor*, com 85,10% de realização.

Já com relação ao Programa “513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)”, nenhuma entrega efetiva referente ao “SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO” foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2023, tendo em vista que o *Projeto de Padronização e Integração do Mandado de Prisão* acabou sendo descontinuado, conforme relatado anteriormente.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro dos programas por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2023.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Órgão Executor	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	1.232.883.620,12	1.211.249.111,08	1.207.943.801,52	98,25	97,98
FERMOJU	231.536.753,86	189.019.816,07	154.722.963,86	81,64	66,82
FUNSEG	2.160.000,00	491.389,28	491.389,28	22,75	22,75
FECDOJ	17.805.432,00	17.164.390,88	17.164.390,88	96,40	96,40
<b>TOTAL</b>	<b>1.484.385.805,98</b>	<b>1.417.924.707,31</b>	<b>1.380.322.545,54</b>	<b>95,52</b>	<b>92,99</b>
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Órgão Executor	Lei + Créditos (A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	-	-	-	-	-
FERMOJU	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNSEG	-	-	-	-	-
FECDOJ	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>0,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro-dezembro de 2023).

Tabela 5-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos)

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.907.713,00	24.158.417,61	23.396.307,45	53,80	52,10
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	523.481,00	469.228,01	223.570,85	89,64	42,71
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.201.154.123,12	1.199.970.004,89	1.197.426.805,49	99,90	99,69
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	237.800.488,86	193.327.056,80	159.275.861,75	81,30	66,98
<b>TOTAL</b>	<b>1.484.385.805,98</b>	<b>1.417.924.707,31</b>	<b>1.380.322.545,54</b>	<b>95,52</b>	<b>92,99</b>
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

**Objetivo:** Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

### Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro-dezembro de 2023).

É possível verificar que, no geral, em 2023 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ e FECDOJ, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Com relação ao FERMOJU, embora o órgão tenha alcançado percentual de execução superior a 80%, cabe destacar que alguns importantes investimentos previstos para serem executados em 2023, com destaque para obras e construções previstas no Plano de Obras do Tribunal de Justiça, tiveram que ser replanejados para 2024, devido, principalmente, a entraves no processo licitatório.

Entretanto, observa-se que o FUNSEG apresentou execução orçamentário-financeira num patamar bem abaixo das outras fontes, cerca de 22% dos recursos empenhados, que se referem basicamente a uma despesa de exercícios anteriores pertinente ao CT 96/2019 para construção do novo Fórum de Senador Pompeu. Destaca-se que, ainda em 2023, com vistas a alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030, foi criado um grupo técnico de trabalho para planejamento das contratações de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará, instituído pela Portaria nº 1545/2023, de 28 de junho de 2023. Entre as contratações, estão previstos serviços de segurança armada, monitoramento eletrônico, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x. Ressalta-se que as referidas contratações foram submetidas à aprovação superior do Comitê Executivo (Coex) Estratégico, computando como projeto setorial de “*Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário*” sob gestão da Assistência Militar, com recursos do Funseg aprovados da ordem de R\$ 31.517.476,51 para desembolso no biênio 2024-2025, e devidamente previstas para iniciar sua execução a partir do orçamento vigente de 2024. Nesse sentido, com os avanços das referidas iniciativas, espera-se que a execução do FUNSEG seja alavancada nos exercícios vindouros.

Ressalta-se que as Fontes de Recursos “756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”, “500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS” e “759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS” já apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Apenas a Fonte “754 – RECURSOS DE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

*OPERAÇÕES DE CRÉDITO*” apresentou execução orçamentário-financeira num patamar inferior às outras fontes, tendo em vista atrasos que ocorreram em virtude da liberação de recursos do financiamento e do ajuste no planejamento das contratações autorizadas pelo Banco (BID), porém já apresentou uma melhor execução se comparada ao ano anterior de 2022, e não gerou entraves para o bom desempenho orçamentário-financeiro geral apresentado pelo Programa 512.

Por outro lado, o programa 513 não apresentou nenhum valor de execução orçamentário-financeira em 2023, evidenciando dificuldade de implementação que culminou na proposta de sua descontinuidade.

## QUADRO DE PESSOSAL

Quadro de pessoal e alocação da força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará

CARGO	TJCE	COMARCA DE FORTALEZA		COMARCA DO INTERIOR		RESULTADO TOTAL
	2º GRAU	1º GRAU	ADMINISTRATIVO	1º GRAU	ADMINISTRATIVO	
Desembargador	53	0	0	0	0	53
Estagiários	313	684	173	411	0	1581
Magistrados	0	202	0	214	0	416
Exclusivamente comissionado	199	565	100	641	1	1506



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

Servidores efetivos	359	993	558	1163	13	3086
Terceirizados	41	88	781	168	15	1093
<b>Total Resultado</b>	<b>965</b>	<b>2532</b>	<b>1612</b>	<b>2597</b>	<b>29</b>	<b>7735</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de pessoas do TJCE  
Período de referência: dezembro de 2023

## RECURSOS PATRIMONIAIS

Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 2023



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
00000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	8.094.383,26	0,00	209.476,38	0,00	0,00	7.884.906,88
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	652,00	0,00	0,00	0,00	652,00
44905200036	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	2.917.101,34	0,00	48.867,78	0,00	0,00	2.868.233,56
44905200039	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	9.473,89	0,00	0,00	0,00	0,00	9.473,89
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	738.826,06	0,00	129.230,32	0,00	0,00	609.595,74
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	149.582,73	0,00	666,50	0,00	0,00	148.916,23
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	68.115,29	0,00	1.838,10	0,00	0,00	66.277,19
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	1.578.408,57	0,00	39.809,02	0,00	0,00	1.538.599,55
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	43.526.542,67	0,00	1.986.091,68	0,00	0,00	41.540.450,99
4490520028	OBRAS DE ARTE E PEÇAS P/MUSEU	2.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879,00
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	514.483,26	0,00	20.317,05	0,00	0,00	494.166,21
44905208	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	159.951,23	294,00	882,70	0,00	0,00	159.362,53
44905214	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	407.844,26	521.909,07	12.673,33	0,00	0,00	917.080,00
44905215	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	25.671,00	0,00	8.610,00	0,00	0,00	17.061,00
44905218	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00
44905219	LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE	0,00	2.026.470,16	0,00	0,00	0,00	2.026.470,16
44905239	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	88.951.983,00	16.874.030,33	1.849.526,45	0,00	0,00	103.976.486,88
44905242	Mobiliário em Geral	637.031,00	5.662.935,40	0,00	0,00	0,00	6.299.966,40
44905248	VEÍCULOS EM GERAL	1.800.061,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.061,69
44905250	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.765.469,02	136.983,00	12.513,08	0,00	0,00	1.889.938,94
44905251	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	10.460,00	0,00	0,00	0,00	10.460,00
44905255	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.579.814,58	292.966,83	12.700,39	0,00	548,10	1.860.629,12

44905261	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	22.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.968,00
44905262	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	8.444.843,91	3.153.951,78	169.891,07	0,00	0,00	11.428.904,62
44905266	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.925.901,24	888,74	409,54	0,00	0,00	1.926.380,44
44905299	OUTROS BENS MÓVEIS	0,00	34.949,55	0,00	0,00	0,00	34.949,55
<b>Total:</b>		<b>163.322.195,00</b>	<b>28.716.490,86</b>	<b>4.503.503,39</b>	<b>0,00</b>	<b>548,10</b>	<b>187.535.730,57</b>

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura

A Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará constam em Anexo a este Relatório.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 04 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

#### ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023

LEI Nº 18.275, de 22/12/2022  
Consolidado por Órgão

Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.573.841.699,00	1.613.012.793,00	1.589.106.675,40	1.585.584.357,77	98,52	98,30
1 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	220.231.343,00	295.380.123,56	250.739.054,60	210.953.896,29	84,89	71,42
3 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	3.887.882,00	3.887.882,00	661.973,68	661.973,68	17,03	17,03
4 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	17.105.432,00	17.805.432,00	17.164.390,88	17.164.390,88	96,40	96,40
<b>Total Geral</b>	<b>1.815.066.356,00</b>	<b>1.930.086.230,56</b>	<b>1.857.672.094,56</b>	<b>1.814.364.618,62</b>	<b>96,25</b>	<b>94,00</b>

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2023:

Tabela 05 - Execução Orçamentária 2023 – Tribunal de Justiça

#### ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023

LEI Nº 18.275, de 22/12/2022  
Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.573.841.699,00	1.613.012.793,00	1.589.106.675,40	1.585.584.357,77	98,52	98,30
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.306.670.048,00	1.326.488.861,00	1.323.490.579,53	1.320.760.248,47	99,77	99,57
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	242.222.585,00	270.551.601,00	255.635.654,87	254.843.668,30	94,49	94,19
44 INVESTIMENTOS	24.949.066,00	15.972.331,00	9.980.441,00	9.980.441,00	62,49	62,49
<b>Total Geral</b>	<b>1.573.841.699,00</b>	<b>1.613.012.793,00</b>	<b>1.589.106.675,40</b>	<b>1.585.584.357,77</b>	<b>98,52</b>	<b>98,30</b>

ria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2023, representou 82,05% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

Tabela 6 – Execução Orçamentária 2023 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					% Emp.	% Pago
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>1.306.670.048,00</b>	<b>1.326.488.861,00</b>	<b>1.323.490.579,53</b>	<b>1.320.760.248,47</b>	<b>99,77</b>	<b>99,57</b>
03 PENSÕES	4.603.727,00	4.603.727,00	3.169.569,01	3.169.569,01	68,85	68,85
07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	354.840,00	1.145.367,86	1.145.367,86	1.145.367,86	100,00	100,00
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.052.115.978,00	1.057.476.013,69	1.057.476.013,69	1.056.587.627,54	100,00	99,92
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	6.176.203,00	6.555.697,25	6.555.697,25	6.555.697,25	100,00	100,00
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	227.695.315,00	240.147.597,22	239.740.127,89	237.902.737,78	99,83	99,07
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.552.152,00	9.396.118,40	9.396.118,40	9.396.118,40	100,00	100,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.679.706,00	5.431.803,00	5.035.799,30	5.035.799,30	92,71	92,71
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.492.127,00	1.732.536,58	971.886,13	967.331,33	56,10	55,83

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 7 – Execução Orçamentária 2022 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					% Emp.	% Pago
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>242.222.585,00</b>	<b>270.551.601,00</b>	<b>255.635.654,87</b>	<b>254.843.668,30</b>	<b>94,49</b>	<b>94,19</b>
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	42.644.510,00	59.281.631,12	59.281.631,12	59.280.431,12	100,00	100,00
14 DIÁRIAS - CIVIL	3.205.153,00	2.401.156,70	2.400.734,34	2.400.734,34	99,98	99,98
15 DIÁRIAS - MILITAR	94.725,00	322.336,45	322.336,45	322.336,45	100,00	100,00
30 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.663.067,00	10.638.162,04	4.027.451,16	3.800.473,78	37,86	35,72
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	32.156.838,00	15.771.079,00	15.771.079,00	15.771.078,90	100,00	100,00
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.691.409,00	3.695.888,50	293.636,50	293.636,50	7,94	7,94
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.799.171,00	14.374.483,60	9.755.020,13	9.219.887,35	67,86	64,14
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	97.523.300,00	96.127.297,00	96.127.297,00	96.127.297,00	100,00	100,00
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.081.206,00	642.018,20	642.018,20	613.341,89	100,00	95,53
91 SENTENÇAS JUDICIAIS	21.552,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.550.321,00	2.205.497,32	2.174.488,69	2.174.488,69	98,59	98,59
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.686.333,00	65.087.051,07	64.839.962,28	64.839.962,28	99,62	99,62

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 8 – Execução Orçamentária 2023 – Tribunal de Justiça – Investimentos



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023  
LEI Nº 18.275, de 22/12/2022  
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	24.949.066,00	15.972.331,00	9.980.441,00	9.980.441,00	62,49	62,49
30 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	13.749.063,00	4.186.592,00	334.020,00	334.020,00	7,98	7,98
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	283.333,00	283.333,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.896.670,00	11.482.406,00	9.646.421,00	9.646.421,00	84,01	84,01

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,08% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Ademais, registra-se que “é sabido da divergência entre os saldos dos inventários e da contabilidade em relação a bens móveis, a maior para a contabilidade. Nesse contexto, a gestão empreendeu esforços que culminaram na contratação de consultoria para a realização de atividades de inventário patrimonial em todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Ceará, saneamento de dados relativos ao acervo patrimonial e conciliação físico-contábil do patrimônio”, através do Contrato nº 19/2023" (SEFIN).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

### **TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2023, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. Mantem o convênio com o Conselho de Presidentes dos Tribunais Justiça (CV SN-2022), que prevê na Clausula Terceira que o TJCE pagará anualmente a importância de R\$ 60 Mil reais correspondentes à contribuição para o custeio das despesas do CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. Entretanto, não houve repasse no exercício financeiro de 2023.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira  
**Secretária de Planejamento e Gestão**



**Relatório de imóveis do TJCE**

IMÓVEIS – TJCE			
ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO
1	ABAIARA	FÓRUM	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM	RUA CHICO VIEIRA, S/N
3	ACARAÚ	CASA	RUA SANTO ANTONIO, 1495 – CENTRO
4	ACARAÚ	FÓRUM	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO
5	ACARAÚ	PRÉDIO	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEITA
6	ACOIPIARA	CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
7	ACOIPIARA	CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
8	ACOIPIARA	FÓRUM	RUA CÍCERO MANDU, S/N
9	AIUABA	CASA	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
10	AIUABA	FÓRUM	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
11	AIUABA	CASA	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, 06, CENTRO
12	ALCÂNTARAS	FÓRUM	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, S/N
14	ALTO SANTO	CASA	R. JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
15	ALTO SANTO	FÓRUM	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
16	ALTO SANTO	TERRENO	RUA JÃO QUINCÓ, S/N
17	AMONTADA	CASA	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
18	AMONTADA	FÓRUM	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310
19	AMONTADA	TERRENO	RUA MARIA MELO, S/N
20	ANTONINA	FÓRUM	RODOVIA CE 373, S/N
21	APUIARÉS	FÓRUM	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
22	AQUIRAZ	CASA	RUA GAROUPA
23	AQUIRAZ	CASA	RUA KANGATI, 10
24	AQUIRAZ	CASA	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
25	AQUIRAZ	FÓRUM	AVENIDA AUGUSTO SÁ
26	AQUIRAZ	PRÉDIO	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
27	ARACATI	CASA	RUA CASTELO, 1310
28	ARACATI	CASA	RUA CASTELO, 1312
29	ARACATI	CASA	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1124
30	ARACATI	FÓRUM	TRAVESSA FELISMINO SILVA, 1079
31	ARACATI	PRÉDIO	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789 (CARTÓRIO ELEITORAL)
32	ARACATI	TERRENO	LOTE VILA GREGA
33	ARACOIABA	CASA	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
34	ARACOIABA	CASA	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, S/N
35	ARACOIABA	FÓRUM	AVENIDA TIRADENTES, 1449
36	ARARENDÁ	FÓRUM	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N
37	ARARIPE	CASA	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
38	ARARIPE	FÓRUM	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
39	ARATUBA	CASA	RUA JÚLIO PEREIRA, Nº 30, FORQUILHA
40	ARATUBA	FÓRUM	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
41	ARNEIROZ	FÓRUM	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
42	ASSARÉ	CASA	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 – CENTRO



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

43	ASSARÉ	FÓRUM	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO (DES. EDMILSON CRUZ)
44	ASSARÉ	TERRENO	RUA S.D.O DE ACESSO A RUA CORONEL PEDRO ONOFRE, S/N
45	ASSARÉ	PRÉDIO	RUA PADRE EMÍLIO CABRAL, 320A (RESIDÊNCIA PROMOTOR)
46	AURORA	CASA	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
47	AURORA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
48	BAIXIO	CASA	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
49	BAIXIO	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N
50	BANABUIÚ	FÓRUM	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
51	BARBALHA	CASA	RUA MARIA ILDUARA, 707
52	BARBALHA	CASA	RUA MARIA ILDUARA, 693
53	BARBALHA	FÓRUM	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
54	BARBALHA	PRÉDIO	RUA PRINCESA ISABEL, 118A
55	BARBALHA	TERRENO	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
56	BARREIRA	FÓRUM	RUA PAULO JACÓ, 190
57	BARRO	CASA	RUA CRISANTINA M. DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
58	BARRO	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO AUDERLEY CARDOSO, S/N
59	BARROQUINHA	FÓRUM	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
60	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
61	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
62	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)
63	BATURITÉ	FÓRUM	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
64	BATURITÉ	PRÉDIO	AVENIDA OUVIDORMOR VITORINO S. BARBOSA
65	BATURITÉ	PRÉDIO	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
66	BATURITÉ	PRÉDIO	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
67	BATURITÉ	PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL
68	BEBERIBE	CASA	R. JOAQUIM DE QUEIROZ FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
69	BEBERIBE	FÓRUM	RUA JOAQUIM FACÓ, 244
70	BEBERIBE	TERRENO	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA
71	BELA CRUZ	CASA	R. JOSÉ XEREZ DE SOUSA S/N
72	BELA CRUZ	CASA	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
73	BELA CRUZ	FÓRUM	RUA SANTA CRUZ, S/N
74	BOA VIAGEM	FÓRUM	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N
75	BOA VIAGEM	PRÉDIO	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO, S/N
76	BOA VIAGEM	TERRENO	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
77	BREJO SANTO	CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, 544
78	BREJO SANTO	CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, 301
79	BREJO SANTO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N
80	BREJO SANTO	PRÉDIO	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
81	BREJO SANTO	TERRENO	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
82	CAMOCIM	CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A – CENTRO
83	CAMOCIM	CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
84	CAMOCIM	FÓRUM	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, S/N
85	CAMPOS SALES	CASA	RUA ENÉAS ARRAES, Nº 394 CENTRO
86	CAMPOS SALES	FÓRUM	RUA MANOEL MORAIS, 84
87	CANINDÉ	CASA	R. CELIO MARTINS Nº 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
88	CANINDÉ	CASA	R. GERÔNICO BRÍGIDO NETO, 685
89	CANINDÉ	CASA	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
90	CANINDÉ	FÓRUM	RUA GERÔNICO BRÍGIDO, S/N
91	CANINDÉ	PRÉDIO	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS
92	CANINDÉ	TERRENO	AVENIDA LUCIANO MAGALHÃES, S/N, BELA VISTA



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

93	CAPISTRANO	CASA	R. ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA S/N – CENTRO
94	CAPISTRANO	FÓRUM	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N
95	CAPISTRANO	PRÉDIO	R. CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE
96	CARIDADE	CASA	R.CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
97	CARIDADE	FÓRUM	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, SN
98	CARIRÉ	CASA	R. MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N – CENTRO
99	CARIRÉ	FÓRUM	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N
100	CARIRIAÇU	CASA	RUA LUIZ BEZERRA, S/Nº PARAÍSO
101	CARIRIAÇU	FÓRUM	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
102	CARIUS	CASA	PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº CENTRO
103	CARIUS	FÓRUM	RUA VEREADOR BENEDITO DE OLIVEIRA, S/N
104	CARNAUBAL	CASA	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
105	CARNAUBAL	FÓRUM	RUA JOSÉ BARROSO, 143
106	CARNAUBAL	TERRENO	RUA 22 DE JULHO, CENTRO
107	CASCAVEL	CASA	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
108	CASCAVEL	CASA	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB
109	CASCAVEL	FÓRUM	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
110	CATARINA	CASA	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
111	CATARINA	FÓRUM	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
112	CATUNDA	FÓRUM	RUA ANTÔNIO TIMBÓ, S/N
113	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
114	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
115	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
116	CAUCAIA	FÓRUM	RUA 15 DE OUTUBRO, S/N, NOVO PABUSSÚ
117	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA JUACI SAMPAIO PONTES, 2091
118	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251, CENTRO, 61600110
119	CAUCAIA	TERRENO	RUA 15 DE NOVEMBRO
120	CEDRO	CASA	RUA AZARAI ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
121	CEDRO	FÓRUM	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
122	CHAVAL	CASA	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO, 83, CENTRO
123	CHAVAL	CASA	R. ZEFERINO COSTA, 265
124	CHAVAL	FÓRUM	RUA MAJOR FIEL, 299
125	CHORÓ	FÓRUM	RUA UNIVERSITÁRIA, S/N
126	CHOROZINHO	CASA	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES
127	CHOROZINHO	FÓRUM	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
128	COREAÚ	CASA	CONJUNTO COHAB – S/N,
129	COREAÚ	CASA	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N
130	COREAÚ	FÓRUM	RODOVIA CE 071
131	CRATÉUS	CASA	AV. DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821
132	CRATÉUS	CASA	R. EDILBERTO FROTA, 1819 – FÁTIMA II
133	CRATÉUS	CASA	RUA GENTIL BARREIRA, Nº 716
134	CRATÉUS	FÓRUM	AVENIDA EDILBERTO FROTA, S/N
135	CRATÉUS	PRÉDIO	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N
136	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 01
137	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 02
138	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 03
139	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 04
140	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 05
141	CRATO	FÓRUM	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N
142	CROATÁ	CASA	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N
143	CROATÁ	FÓRUM	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

144	CRUZ	CASA	RUA 07 DE SETEMBRO S/N
145	CRUZ	FÓRUM	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01
146	DEP IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM	RUA CÂNDIDO BORGES, S/N
147	ERERÊ	FÓRUM	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N
148	EUSEBIO	CASA	RUA ISAIAS FAÇANHA, S/Nº TIMBU
149	EUSEBIO	FÓRUM	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N
150	FARIAS BRITO	CASA	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404
151	FARIAS BRITO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, 386
152	FORQUILHA	CASA	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº CENTRO
153	FORQUILHA	FÓRUM	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N, CENTRO
154	FORTALEZA	FÓRUM	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220
155	FORTALEZA	PRÉDIO	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
156	FORTALEZA	CASA	AVENIDA BENÚ MARCONDES, 421, CONJUNTO NOVA ASSUNÇÃO
157	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA
158	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (TRIBUNAL DE JUSTIÇA)
159	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (CDI)
160	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (CORREGEDORIA)
161	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GEN. OSÓRIO DE PAIVA, 1220, PARANGABA
162	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA
163	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA K, 130, JOSÉ WALTER
164	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA 729, 3ª ETAPA, 443, CONJUNTO CEARÁ
165	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA BETEL, 1330, ITAPERI
166	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA CARLOS CHAGAS, 800, BOM SUCESSO
167	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 360, MONTESE
168	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DO LAGO, 340, TANCREDO NEVES
169	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 257 ANTONIO BEZERRA
170	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA GENERAL BEZERRIL, 722, CENTRO
171	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA HERMINA BONAVIDES, S/N, PRAIA DO FUTURO
172	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA
173	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA MÁRIO MAMEDE, 1301, BAIRRO DE FÁTIMA (10ª UNIDADE JUIZADO ESPECIAL)
174	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE, 70, ÁGUA FRIA
175	FORTALEZA	CASA	CASA RUA TABELIÃO FABIÃO, 114, PRESIDENTE
176	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA ROBERTO SILVA, 70, ÁGUA FRIA
177	FORTALEZA	CASA	RUA ALMEIDA FILHO, 636, MONTE CASTELO
178	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA SANTA EFIGÊNIA, 360, MESSEJANA
179	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA SENADOR POMPEU Nº 1127/BARÃO DO RIO
180	FORTIM	CASA	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.
181	FORTIM	FÓRUM	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N
182	FRECHEIRINHA	CASA	RUA TENENTE ÂNGELO, S/Nº CENTRO
183	FRECHEIRINHA	FÓRUM	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727
184	FRECHEIRINHA	TERRENO	RUA JOAQUIM PEREIRA, S/N
185	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N
186	GRAÇA	CASA	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/Nº CENTRO
187	GRAÇA	FÓRUM	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337
188	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 –





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

			CENTRO.
189	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02–CENTRO.
190	GRANJA	FÓRUM	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N
191	GRANJEIRO	FÓRUM	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N
192	GROAIRAS	CASA	R. JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/Nº CAP. J. LINHARES
193	GROAIRAS	FÓRUM	RUA PRINCESA ISABEL, 1520
194	GROAIRAS	PRÉDIO	RUA MONS LINHARES, 190
195	GUAIUBA	FÓRUM	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
196	GUARACIABA DO NORTE	CASA	R. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741 – CENTRO
197	GUARACIABA DO NORTE	FÓRUM	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322
198	GUARAMIRANGA	FÓRUM	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N
199	HIDROLÂNDIA	CASA	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS, S/N
200	HIDROLÂNDIA	FÓRUM	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
201	HORIZONTE	CASA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES 305 – CENTRO
202	HORIZONTE	FÓRUM	RUA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241, CENTRO
203	HORIZONTE	PRÉDIO	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
204	IBARETAMA	FÓRUM	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
205	IBIAPINA	CASA	AV. SARGENTO JOÃO GOMES NETO, Nº 202 – CENTRO
206	IBIAPINA	FÓRUM	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
207	IBIAPINA	TERRENO	RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES, S/N
208	IBICUITINGA	FÓRUM	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N
209	ICAPUÍ	CASA	RUA DOS PORFÍRIOS S/N – CENTRO
210	ICAPUÍ	FÓRUM	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N
211	ICÓ	CASA	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1764 – CENTRO
212	ICÓ	CASA	RUA FRANCISCO MORAES MOREIRA, 1788
213	ICÓ	FÓRUM	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
214	IGUATU	CASA	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 – CENTRO
215	IGUATU	CASA	RUA JOSÉ AMARO, 261 – BUGI
216	IGUATU	CASA	RUA JÚLIO CAVALCANTE, 1650 – BUGI
217	IGUATU	FÓRUM	RUA JOSÉ AMARO, S/N
218	IGUATU	TERRENO	JOAQUIM EDILMAR AMARO
219	IGUATU	PRÉDIO	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N (JUNTA DE ALISTAMENTO)
220	INDEPENDÊNCIA	CASA	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
221	INDEPENDÊNCIA	FÓRUM	RUA SANTA TERESINHA, 510
222	IPAPORANGA	CASA	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO DO BOMPRINCÍPIO/ESQUINA RUA JOÃO LUCIANO
223	IPAPORANGA	FÓRUM	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N
224	IPAUMIRIM	CASA	RUA ANA ALEXANDRE GONÇALVES, 27 – VILA BANCÁRIA
225	IPAUMIRIM	FÓRUM	CE 151 KM 21,30, S/N
226	IPU	CASA	RUA JOANA MIMOSO, S/Nº CAIXA D ÁGUA
227	IPU	FÓRUM	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020
228	IPUEIRAS	CASA	RUA CEL. FREDERICO GUILHERMINO, S/N, F
229	IPUEIRAS	FÓRUM	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
230	IRACEMA	CASA	R. ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407 – CENTRO
231	IRACEMA	CASA	RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA, Nº 1371
232	IRACEMA	FÓRUM	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

233	IRACEMA	PRÉDIO	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133
234	IRAUÇUBA	CASA	RUA JORGE DOMINGUES, S/Nº
235	IRAUÇUBA	FÓRUM	AVENIDA PAULO BASTOS, 631
236	ITAIÇABA	FÓRUM	VILA OLÍMPICA, S/N
237	ITAITINGA	CASA	R. FCO CORDEIRO DE OLIVEIRA Nº 1019 – CENTRO.
238	ITAITINGA	FÓRUM	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
239	ITAPAJÉ	PRÉDIO	RUA SÃO FRANCISCO, 104
240	ITAPAJÉ	FÓRUM	RODOVIA BR 222, KM 121, S/N, LOTEAMENTO ASA BRANCA III, BAIRRO FERROS, 62607000
41	ITAPIPOCA	CASA	PREMISLAU CAMERINO, Nº 68, COQUEIRO
242	ITAPIPOCA	CASA	RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 35
243	ITAPIPOCA	CASA	RUA INOCÊNCIO BRAGA 3779
244	ITAPIPOCA	FÓRUM	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
245	ITAPIPOCA	PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380
246	ITAPIPOCA	PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 676ALTOS
247	ITAPIÚNA	CASA	R. JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
248	ITAPIÚNA	CASA	RUA JOAQUIM BEZERRA
249	ITAPIÚNA	FÓRUM	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N
250	ITAREMA	CASA	AV. RIOS 410 – CENTRO
251	ITAREMA	FÓRUM	AVENIDA RIOS, 440
252	ITAREMA	CASA	CASA RESIDÊNCIA PROMOTOR AV. RIOS, CENTRO
253	ITATIRA	CASA	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/Nº
254	ITATIRA	FÓRUM	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N
255	JAGUARETAMA	CASA	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES – CENTRO,
256	JAGUARETAMA	FÓRUM	RUA RIACHO DE SANGUE, 786
257	JAGUARIBARA	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
258	JAGUARIBE	CASA	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
259	JAGUARIBE	FÓRUM	AV. 08 DE NOVEMBRO,1261, CENTRO
260	JAGUARUANA	CASA	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO
261	JAGUARUANA	FÓRUM	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
262	JARDIM	CASA	RUA SANTO ANTONIO, S/N
263	JARDIM	FÓRUM	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N
264	JATI	CASA	R. HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
265	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 68
266	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 38
267	JATI	FÓRUM	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
268	JIOCA DE JERICOACOARA	FÓRUM	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO
269	JUAZEIRO DO NORTE	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 01 a 06
270	JUAZEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA MARCIONILIA PESSOA SILVA, 800
271	JUAZEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA ERIVANDO DA CRUZ, 50
272	JUAZEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
273	JUAZEIRO DO NORTE	TERRENO	PARTE DA QUADRA K
274	JUCAS	CASA	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA S/Nº
275	JUCAS	FÓRUM	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
276	LAVRAS DA	PRÉDIO	RUA XAVIER ANGELO, 92



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

	MANGABEIRA		
277	LAVRAS DA MANGABEIRA	CASA	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA
278	LAVRAS DA MANGABEIRA	CASA	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
279	LAVRAS DA MANGABEIRA	FÓRUM	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
280	LIMOEIRO DO NORTE	CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
281	LIMOEIRO DO NORTE	CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO
282	LIMOEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS 1147
283	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
284	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA CÔNEGO BESSA, 2381
285	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2187
286	MADALENA	CASA	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
287	MADALENA	FÓRUM	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
288	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 CENTRO
289	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 CENTRO
290	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 CENTRO
291	MARACANAÚ	FÓRUM	AV. DOS ESTRUTURANTES, S/N
292	MARACANAÚ	PRÉDIO	RUA EDSON QUEIROZ
293	MARANGUAPE	CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
294	MARANGUAPE	CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
295	MARANGUAPE	FÓRUM	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA
296	MARANGUAPE	PRÉDIO	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO
297	MARCO	CASA	RUA OSTERNO S/N – CENTRO.
298	MARCO	FÓRUM	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
299	MARTINOPOLES	FÓRUM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
300	MASSAPÊ	CASA	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO
301	MASSAPÊ	FÓRUM	RUA APRIGIO COELHO
302	MAURITI	CASA	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
303	MAURITI	CASA	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
304	MAURITI	FÓRUM	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
305	MERUOCA	CASA	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
306	MERUOCA	FÓRUM	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N
307	MILAGRES	CASA	RUA SANDOVAL LINS, S/Nº CENTRO
308	MILAGRES	FÓRUM	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N
309	MILHÃ	FÓRUM	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, 235
310	MIRAIMA	FÓRUM	AV. LINDOLFO BRAGA
311	MISSÃO VELHA	CASA	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
312	MISSÃO VELHA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
313	MOMBAÇA	FÓRUM	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
314	MOMBAÇA	PRÉDIO	ANÉSIA CASTELO, MEIRELES, 01, CENTRO
315	MONSENHOR	CASA	RUA CORONEL EPIFANIO, Nº 02



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

	TABOSA		
316	MONSENHOR TABOSA	CASA	RUA JOÃO PAMPLONA S/Nº CENTRO
317	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
318	MORADA NOVA	CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
319	MORADA NOVA	CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
320	MORADA NOVA	FÓRUM	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680
321	MORAÚJO	FÓRUM	RODOVIA CE071
322	MORRINHOS	CASA	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
323	MORRINHOS	FÓRUM	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
324	MUCAMBO	CASA	RUA VICENTE GOMES, S/Nº CENTRO
325	MUCAMBO	FÓRUM	RUA VICENTE GOMES, S/N
326	MULUNGU	CASA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/Nº CENTRO
327	MULUNGU	FÓRUM	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
328	NOVA JAGUARIBARA	PRÉDIO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
329	NOVA OLINDA	FÓRUM	AVENIDA ALVINA ALVES, 18
330	NOVA RUSSAS	CASA	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
331	NOVA RUSSAS	CASA	RUA LEONARDO ARAÚJO, 176
332	NOVA RUSSAS	FÓRUM	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
333	NOVA RUSSAS	TERRENO	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
334	NOVA RUSSAS	TERRENO	ANASTÁCIO RODRIGUES DE CARVALHO
335	NOVO ORIENTE	CASA	RUA COELHO DA SILVA, 90
336	NOVO ORIENTE	CASA	RUA CAPITÃO RODRIGUES, S/Nº
337	NOVO ORIENTE	CASA	RUA CAZUZA ROCHA, Nº 57
338	NOVO ORIENTE	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
339	NOVO ORIENTE	PRÉDIO	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO, 53
340	OCARA	FÓRUM	CEL JOÃO FELIPE
341	ORÓS	CASA	R. EXPEDITO PAULENO DA SILVA, 09 – CENTRO
342	ORÓS	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES, S/N
343	PACAJUS	CASA	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO
344	PACAJUS	CASA	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
345	PACAJUS	FÓRUM	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
346	PACAJUS	TERRENO	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENESES
347	PACATUBA	CASA	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 CENTRO
348	PACATUBA	CASA	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 CENTRO
349	PACATUBA	FÓRUM	RUA CEL. JOSE LIBANIO, S/N
350	PACOTI	CASA	RUA CASTELO BRANCO, S/N
351	PACOTI	CASA	RUA JOÃO HIPÓLITO, 56
352	PACOTI	FÓRUM	RUA PADRE QUILIANO, 57
353	PACUJA	FÓRUM	RUA DOMINGOS MARIANO, S/N
354	PALHANO	FÓRUM	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, S/N
355	PALMACIA	CASA	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº CENTRO
356	PALMACIA	FÓRUM	RUA JOSÉ SIMPLICIO, S/N
357	PARACURU	CASA	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
358	PARACURU	FÓRUM	AVENIDA JOÃO LOPES MEIRELES, S/N
359	PARAIPABA	CASA	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 CENTRO
360	PARAIPABA	FÓRUM	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
361	PARAMBU	CASA	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO HOLANDA
362	PARAMBU	FÓRUM	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

363	PARAMOTI	FÓRUM	RUA GONÇALVES SOARES, S/N
364	PEDRA BRANCA	CASA	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
365	PEDRA BRANCA	FÓRUM	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
366	PENAFORTE	FÓRUM	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
367	PENTECOSTE	CASA	AV. DR. MOREIRA DE AZEVEDO
368	PENTECOSTE	CASA	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES, Nº 134
369	PENTECOSTE	FÓRUM	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
370	PEREIRO	CASA	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO
371	PEREIRO	FÓRUM	RUA CORONEL PORTO, S/N
372	PEREIRO	TERRENO	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
373	PINDORETAMA	FÓRUM	RUA ODILO MAIA GONDIM, S/N
374	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
375	PIRES FERREIRA	FÓRUM	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
376	PORANGA	CASA	AV. DR. EPITÁCIO DE PINHO S/N.
377	PORANGA	FÓRUM	RUA DR EPITÁCIO PINHO, S/N
378	PORTEIRAS	CASA	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº CENTRO
379	PORTEIRAS	FÓRUM	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUINHO DE SANTANA, 30
380	POTENGI	FÓRUM	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N
381	POTENGI	PRÉDIO	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
382	POTIRETAMA	FÓRUM	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
383	QUITERIANÓPOLIS	FÓRUM	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N
384	QUIXADÁ	CASA	RUA CARLOS JEREISSATI, Nº 772
385	QUIXADÁ	CASA	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107
386	QUIXADÁ	CASA	RUA TRAVESSA TIRADENTES, 229
387	QUIXADÁ	FÓRUM	AVENIDA JESUS MARIA JOSÉ, S/N, BAIRRO DOS MONÓLITOS
388	QUIXADÁ	PRÉDIO	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
389	QUIXADÁ	PRÉDIO	RUA JOSÉ JUCA (2ª PAV. DO DO BANCO DO BRASIL), S/N
390	QUIXELÓ	CASA	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº CENTRO
391	QUIXELÓ	FÓRUM	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA DAS PALMEIRAS), S/N
392	QUIXERAMOBIM	CASA	AV. GERALDO BIZARRIA, 1003.
393	QUIXERAMOBIM	CASA	RUA DR. MIGUEL PINTO, Nº 423
394	QUIXERAMOBIM	FÓRUM	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670
395	QUIXERAMOBIM	TERRENO	RUA NORTE E SUL, 2
396	QUIXERÉ	CASA	RUA MANUEL GONÇALVES Nº 231 – CENTRO
397	QUIXERÉ	FÓRUM	RUA MANOEL GONÇALVES, S/N
398	REDENÇÃO	CASA	RUA PADRE BARROS, S/Nº – CENTRO
399	REDENÇÃO	FÓRUM	RUA PADRE BARROS, 264
400	RERIUTABA	CASA	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº BARRO VERMELHO
401	RERIUTABA	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
402	RUSSAS	CASA	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV. IRMÃ MARIA DASGRAÇAS, Nº 294 –CENTRO
403	RUSSAS	CASA	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO
404	RUSSAS	PRÉDIO	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA COSTA, S/N
405	RUSSAS	PRÉDIO	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137
406	RUSSAS	PRÉDIO	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
407	RUSSAS	FÓRUM	TRAVESSA ANTONIO GONÇALVES FERREIRA, S/N, BAIRRO TABULEIRO DO CATAVENTO OU BAIRRO GUANABARA, 62900-000 (VIZINHO A UPA)





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

408	SABOIRO	CASA	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
409	SABOIRO	FÓRUM	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
410	SABOIRO	TERRENO	RUA MONOEL DE PAULA FERNANDES VIEIRA
411	SALITRE	FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
412	SANTA QUITÉRIA	CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
413	SANTA QUITÉRIA	CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 – PRIMAVERA
414	SANTA QUITÉRIA	PRÉDIO	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04
415	SANTA QUITÉRIA	PRÉDIO	RUA JOÃO RODRIGUES PINTO, 392
416	SANTANA DO ACARAÚ	CASA	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
417	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
418	SANTANA DO CARIRI	CASA	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº, CENTRO
419	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM	RUA JOAQUIM TÁVORA, S/N
420	SÃO BENEDITO	CASA	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO, 1560
421	SÃO BENEDITO	CASA	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO (IMÓVEL 2834)
422	SÃO BENEDITO	FÓRUM	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE
423	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CASA	RUA AURINEIDE VIANA ESQUINA COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
424	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CASA	RUA JOSÉ OURIVES (IMÓVEL 2211)
425	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FÓRUM	RUA ADITE MOTA, S/N
426	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM	RUA DANIEL RODRIGUES, 547
427	SÃO LUIS DO CURU	CASA	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
428	SÃO LUIS DO CURU	FÓRUM	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
429	SENADOR POMPEU	CASA	R. ADONIAS MANO DE CARVALHO, 99
430	SENADOR POMPEU	CASA	R. FCO. LEANDRO, 81
431	SENADOR POMPEU	PRÉDIO	RUA MARCIONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
432	SENADOR POMPEU	FÓRUM	AV. SENADOR CARLOS GEREISATI
433	SENADOR SÁ	FÓRUM	AV. VINTE E TRÊS DE AGOSTO, 32
434	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA CASA 01
435	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA CASA 02
436	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA CASA 03
437	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA CASA 04
438	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA CASA 05
439	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA CASA 06
440	SOBRAL	FÓRUM	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
441	SOBRAL	PRÉDIO	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
442	SOBRAL	PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 330



## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

443	SOBRAL	PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
444	SOLONÓPOLE	CASA	RUA ANTÔNIO OZIRES PINHEIRO
445	SOLONÓPOLE	CASA	RUA M <sup>a</sup> . FRANCELINA PINHEIRO LANDIM Nº 1046
446	SOLONÓPOLE	FÓRUM	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108
447	TABULEIRO DO NORTE	CASA	RUA GERÔNIMO BATISTA Nº 4278, 08 DE JUNHO
448	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA ALARCON, 433
449	TABULEIRO DO NORTE	TERRENO	RUA ZIL TAMIR CHAVES
450	TAMBORIL	CASA	RUA TABELIÃ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N
451	TAMBORIL	FÓRUM	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N
452	TARRAFAS	FÓRUM	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
453	TAUA	CASA	RUA DOMINGOS GOMES, 74
454	TAUA	CASA	RUA DONDON FEITOSA, 639
455	TAUA	CASA	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO OLIVEIRA, Nº 406
456	TAUA	FÓRUM	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
457	TAUA	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
458	TAUA	PRÉDIO	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
459	TEJUÇUOCA	FÓRUM	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA, 329
460	TIANGUÁ	CASA	AV. MOISÉS MOITA, 555 – CENTRO
461	TIANGUÁ	CASA	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1256 – CENTRO.
462	TIANGUÁ	CASA	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO, 68
463	TIANGUÁ	FÓRUM	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
464	TIANGUÁ	PRÉDIO	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
465	TIANGUÁ	TERRENO	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N
466	TRAIRI	CASA	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
467	TRAIRI	CASA	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
468	TRAIRI	FÓRUM	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
469	TURURU	FÓRUM	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
470	UBAJARA	CASA	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 CENTRO
471	UBAJARA	FÓRUM	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
472	UBAJARA	TERRENO	RUA PROJETADA, S/N
473	UMARI	FÓRUM	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N
474	UMIRIM	CASA	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
475	UMIRIM	FÓRUM	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
476	URUBURETAMA	CASA	CE243 KM 07 (IMÓVEL 2975)
477	URUBURETAMA	CASA	TRAV. JOAQUIM ÁVILA, Nº 122
478	URUBURETAMA	PRÉDIO	RUA MAJOR SALES, 697
479	URUBURETAMA	FÓRUM	RUA MAJOR SALES, S/N, LOTEAMENTO ITAMARATY
480	URUOCA	CASA	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
481	URUOCA	FÓRUM	RUA JOÃO RODRIGUES, 219
482	VARJOTA	FÓRUM	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
483	VARJOTA	TERRENO	RUA MONSIEHOR JOSÉ ATAÍDE DE VASCONCELOS
484	VARZEA ALEGRE	CASA	RUA IRACI BEZERRA, Nº 344 – VAZANTE
485	VARZEA ALEGRE	PRÉDIO	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60
486	VARZEA ALEGRE	TERRENO	RUA ESTÁDIO JUREMAL
487	VARZEA ALEGRE	TERRENO	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
488	VARZEA ALEGRE	FÓRUM	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N





## Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – Tribunal de Justiça

489	VIÇOSA DO CEARA	CASA	RUA PE. BEVILÁQUA, 639
490	VIÇOSA DO CEARA	CASA	RUA FONTENELE SOBRINHO, Nº 1524, CENTRO
491	VIÇOSA DO CEARA	FÓRUM	AV. JOSÉ FIGUEIRA, S/N
492	VIÇOSA DO CEARA	TERRENO	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE